

2014

Relatório e Contas





TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Pessoa Coletiva n.º 506 240 266

Registado sob o n.º 506 240 266 na 2.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros

RELATÓRIO E CONTAS 2014

ÍNDICE

Mensagem	4
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2014	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alterações da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	10
2.4. Alteração na Rede de Vendas	10
2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	11
3. O sistema intermodal Andante	12
3.1. Caraterização da rede	12
3.2. Caraterização dos títulos comercializados	13
4. Atividade Comercial 2014	16
4.1. Validações	16
4.2. Quantidades Vendidas	19
4.3. Receita Intermodal	20
4.4. Comunicação com o Cliente	22
5. Auditorias à Atividade do TIP	25
5.1. Inspeção Geral de Finanças	25
5.2. Tribunal de Contas	26
6. O TIP e os seus Colaboradores	30
6.1. Estrutura Organizacional	30
6.2. Recursos Humanos	31
7. O TIP e as suas Agrupadas	32
7.1. Estrutura Societária	32
7.2. Composição dos Órgãos Sociais	32
7.3. Modelo de Governo do TIP	36
8. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental	42
9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado	46
10. Desempenho Económico e Financeiro	51
10.1. Proposta de Aplicação dos Resultados	56
Perspetivas para 2015	57
Contas do Exercício de 2014	61
Anexos	88
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	100

MENSAGEM

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O ano de 2014 no TIP, Transportes Intermodais do Porto consolida um caminho de viragem rumo a resultados positivos. Este exercício reflete mais uma vez, a gestão rigorosa e criteriosa que se tem feito dos escassos recursos públicos disponíveis pagos pelos contribuintes.

É com particular satisfação que o TIP volta a registar um resultado líquido positivo de €500 mil e um EBITDA superior a €1.5 Milhões, ou seja, uma melhoria assinalável de cerca de 20% face ao ano 2013.

Em 2014, conseguimos uma diminuição de 2,6% nos Gastos e um aumento de 2% nos Rendimentos, relativamente a 2013.

As rubricas que contribuíram de forma decisiva para esta contenção de custos foram, os Custos com Manutenção (menos 8,2%); os Trabalhos Especializados prestados por entidades externas (menos 3,6%) e de transporte e Tratamento de Valores (menos 2,5%), resultado de uma ação pro-ativa e incisiva junto do mercado com o lançamento de novos procedimentos concursais e de uma gestão rigorosa e exigente dos contratos em curso.

No que refere ao negócio, no ano 2014 verifica-se que o produto Andante registou cerca de 140 milhões de validações, mais 1% do que no ano anterior, representando cerca de 85% das utilizações do transporte público, com uma subida de 2,4% face ao ano transato. Estes resultados são um verdadeiro estímulo de que este é o caminho a seguir, e ao mesmo tempo, a confirmação de que maioria dos Clientes de transporte público da Área Metropolitana do Porto querem mais e melhor intermodalidade nas suas deslocações.

As mudanças preconizadas pelo novo enquadramento legal e de governance, com a criação da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e a anunciada extinção da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, por um lado, os futuros contratos para a subconcessão do Metro do Porto e para a primeira subconcessão da STCP, por outro, introduziram uma oportunidade para repensar a intermodalidade e o papel e

enquadramento futuro do TIP no “novo” modelo de governo dos transportes na Área Metropolitana do Porto.

Como resposta e no alinhamento das Reformas Governamentais em curso, a nossa equipa de gestão decidiu desenvolver um trabalho de repensar o futuro deste ACE nesse novo enquadramento e propor uma estratégia que se entende viável e sustentável.

Aqui chegados, e com a mesma vontade e determinação, iremos prosseguir o cumprimento da nossa missão com o mesmo profissionalismo e rigor no enquadramento e com os ajustamentos que resultem da eventual alteração das competências deste ACE, porque o nosso objetivo foi e será o de promover mais e melhor intermodalidade e prestar o melhor serviço ao Cliente do Transporte Público

Para terminar, uma palavra de agradecimento aos nossos Acionistas e fornecedores pelo apoio, confiança e empenho demonstrados o que permitiu a este ACE alcançar os melhores resultados de sempre.

Porto, Março de 2015

Cristina Pinto Dias

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
MP	54,85	56,15	57,09	1,7%
STCP	45,28	64,01	61,39	-4,1%
CP	3,63	3,80	4,06	6,9%
Operadores Rodoviários Privados	5,91	12,36	15,25	23,4%
(Unidade: milhões)	109,68	136,32	137,80	1,1%

Estrutura de validações por operador	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
MP	50,0%	41,2%	41,4%	0,2 pp
STCP	41,3%	47,0%	44,5%	-2,5 pp
CP	3,3%	2,8%	2,9%	0,1 pp
Operadores Rodoviários Privados (8)	5,4%	9,1%	11,1%	2,0 pp

Utilização Títulos Transporte	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
Títulos Viagem	1,39	1,30	1,32	1,5%
Assinaturas totais	63,16	61,55	61,63	0,1%
(Média Mensal) Assinaturas normais	64,84	62,49	62,18	-0,5%

Valor médio por validação	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
Títulos de Viagem	0,95	1,00	1,00	0,0%
Títulos de Assinatura totais	0,47	0,48	0,48	0,0%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,55	0,57	0,58	1,8%

Quantidade de cartões vendidos	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
Andante Azul	1.486,6	1.528,2	1.636,2	7,1%
Andante Gold	98,1	76,4	77,2	1,0%
(Unidade: milhares)	1.584,7	1.604,6	1.713,3	6,8%

Quantidade de títulos carregados	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
Títulos de Viagem	22.365,8	26.584,1	26.254,8	-1,2%
Títulos de Assinatura totais	1.314,2	1.637,1	1.659,8	1,4%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	572,0	666,5	652,2	-2,1%

Peso Canal de Vendas	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
MVAs rede MP	46,06%	37,57%	36,48%	-1,1 pp
Payshop	29,03%	40,23%	40,24%	0,0 pp
Lojas Andante	12,69%	11,19%	11,92%	0,7 pp
CP Porto	4,31%	3,84%	3,62%	-0,2 pp
STCP	2,53%	1,55%	1,02%	-0,5 pp
MVAs rede CP	2,87%	2,54%	2,67%	0,1 pp
SIBS	2,17%	2,15%	3,11%	1,0 pp
Privados	0,21%	0,27%	0,27%	0,0 pp
Revendedores	0,14%	0,65%	0,67%	0,0 pp

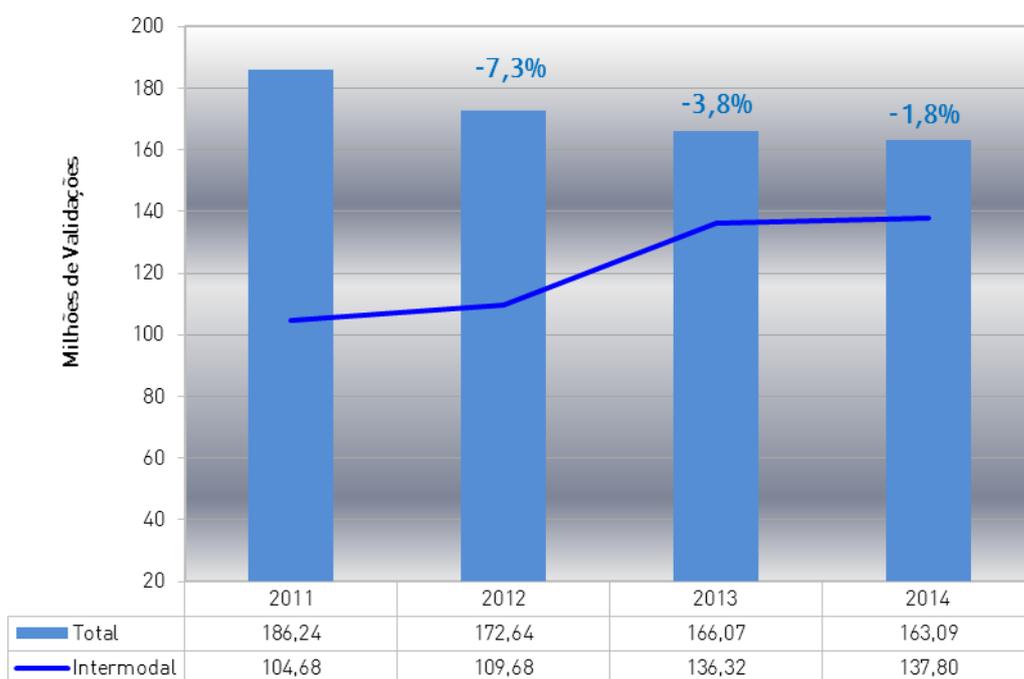
Resultados (em SNC)	2012	2013	2014	Δ 2013/2014
Operacionais	-526,0	399,4	706,2	76,8%
Financeiros	-199,3	-161,2	-204,5	-26,9%
Líquidos	-729,5	236,1	499,6	111,6%
(Unidade: milhares €) EBITDA	346,2	1.241,9	1.487,8	19,8%

2. Factos relevantes em 2014

2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

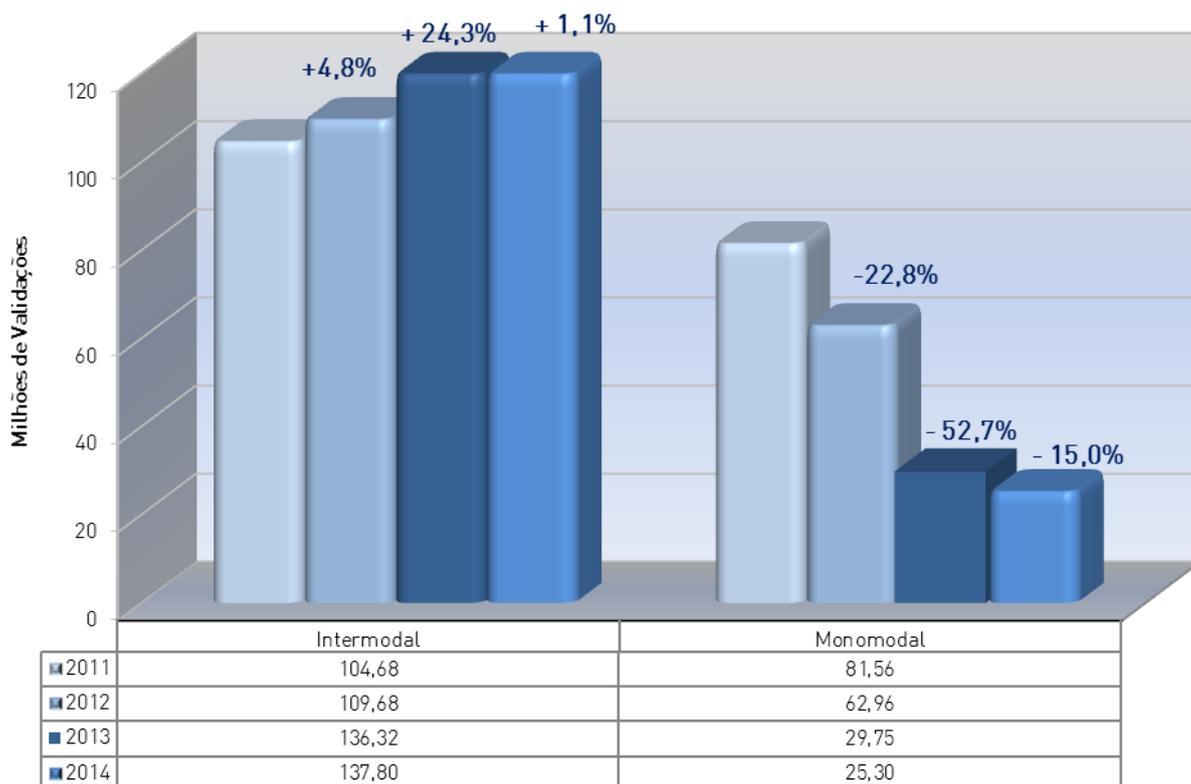
O exercício de 2014 mantém a tendência generalizada de decréscimo na utilização dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP) (incluindo os títulos próprios STCP e CP) refletindo uma quebra de 1,8% no número total de validações (163,09 milhões de validações em 2014).

No que se refere às validações de títulos intermodais Andante mantém-se a evolução favorável, este ano com um crescimento menos expressivo de 1,1%, totalizando 137,80 milhões de validações.



O Andante representou em 2014 aproximadamente 84,5% das utilizações de Transporte Público - uma subida de 2,4 p.p. face a 2013 - confirmando a opção da maioria dos utilizadores de Transporte Público da AMP pela intermodalidade.

Validações Totais



O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu como habitualmente no mês de outubro, com aproximadamente 14 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 21 de outubro de 2014, terça-feira, com aproximadamente 563 mil validações

2.2. Alterações da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante incorporou, ao longo do ano de 2014, novas linhas dos operadores já integrados, ETG – Empresa de Transportes Gondomarense e Resende, Atividades Turísticas, SA, a saber:

- **1 abril 2014**
 - **Resende**
 - ✓ 106 – Leça da Palmeira / Lagarteiro

- **3 novembro 2014**
 - **ETG – Empresa de Transportes Gondomarense**
 - ✓ 2 – Ermentão / Porto
 - ✓ 3 – Porto / Presa de Lebrém
 - ✓ 21 – Ponte Real / Porto

A entrada de novas linhas não refletiu um alargamento das zonas ativas no Sistema Intermodal Andante, mantendo-se a oferta de 26 zonas.

2.3. Alterações Tarifárias

No âmbito do despacho normativo nº 10-A/2013 de 20 de dezembro de 2013, entrou em vigor a 1 de janeiro um novo tarifário intermodal refletindo um aumento médio ponderado de 0,26%.

2.4. Alteração na Rede de Vendas

A 2 de janeiro é inaugurada a nova Loja Andante da Maia num Pólo de Serviços, local privilegiado na ligação aos vários operadores de transporte nomeadamente Metro e STCP.

2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

Em janeiro de 2014 foi dada continuidade ao trabalho nos sistemas informáticos deste ACE.

O processo de repartição da receita passou a correr num servidor em separado do CCB – Computador Central de Bilhética – tendo melhorado a performance do processo.

Há a registar ainda a auditoria interna efetuada à base de dados do CCB e à base de dados do histórico, implementando-se todas as correções ao processo de repartição da receita e tendo sido criado um sistema de alertas.

Foi ainda elaborado um Manual com a “Descrição Técnica do Processo de Repartição da Receita”.

Atentas as alterações efetuadas, no fim do ano foi iniciado o processo de certificação do programa de repartição da receita com base no passageiro/zona, que se prevê concluído no primeiro trimestre de 2015.

Após a realização das necessárias adaptações ao Sistema Central, deu-se início à utilização do cartão com base em chip Mifare Ultralight para todos os títulos ocasionais.

Ao longo do exercício de 2014, o Sistema de Bilhética Intermodal Andante manteve-se em permanente evolução destacando-se a maior abrangência de equipamentos de validação próprios dos operadores rodoviários privados que aceitam o tarifário e os cartões Andante.

Em maio de 2014, o TIP foi convidado a integrar o projeto “Seamless Mobility”, tendo como objeto o apoio à implementação e teste de um protótipo de pagamentos móveis em transportes públicos na Área Metropolitana do Porto.

O autor do projeto é a Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia e conta com a participação das empresas Novabase, OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, SA, Metro do Porto, STCP, TIP e Transdev, face ao conhecimento destas do sistema intermodal de bilhética e possibilidade de viabilização de um piloto para teste da solução encontrada.

O referido projeto tem como objetivo propor uma solução viável de bilhética desmaterializada ou virtual sem recurso a equipamentos específicos e de cartões. A ideia base assenta no uso de telemóveis com leitura de QR Codes ou tecnologia NFC, integrando a possibilidade de consulta pelo Cliente de dados do seu interesse (saldos de utilização, informações de planeamento de viagens, etc...) bem como a possibilidade de ligação a um meio de pagamento bancário.

3. O sistema intermodal Andante

3.1. Caracterização da rede

Zonas Intermodais	26
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	128
Estações de Operadores Ferroviários	100
Pontos de Venda	860

- 26 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
 - C1 a C11, C16, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense
- 128 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 72 STCP + 5 Resende + 8 Valpi + 21 ETG + 17 Espírito Santo + 1 Maia Transportes + 2 MGC + 1 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
 - (81 MP + 19 CP)
- 860 pontos de venda de títulos intermodais
 - 9 Lojas Andante

- Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João
 - 238 Máquinas de Venda Automática
 - 198 MP + 40 CP (na área monomodal CP estão instaladas 40 máquinas de venda automática com possibilidade de venda intermodal pelo que a capacidade de venda instalada ascende a 80 MVAs)
 - 13 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
 - 1 Posto STCP: Bom Sucesso
 - 6 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Trofa
 - 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)
 - 597 Agentes Payshop
 - 3 Revendedores: Loja da Mobilidade (CMP) + Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal) + Revendedor particular
 - Rede Multibanco em todo o país.
- 1.878 Validadores instalados na área intermodal Andante (na área monomodal CP estão instalados 94 validadores pelo que a quantidade total de validadores em operação ascende a 1.972).

3.2. Caracterização dos títulos comercializados

3.2.1. Títulos Ocasionais

Válidos para um conjunto de anéis de zonas que se contam à volta da zona onde o cliente iniciou a viagem (o local onde fez a 1.ª validação) e até ao limite de anéis de zonas adquirido (Z2 se forem 2 anéis, Z3 se forem 3 anéis, ...).

- **Título de Viagem**

Permite viajar durante um determinado período de tempo consoante o número de anéis de zonas adquirido. Nenhuma das validações efetuadas pelo Cliente dentro desse período de tempo origina o desconto de uma viagem. O importante é a hora e o local da 1ª validação.

O tempo permitido aumenta à medida que cresce o número de zonas adquiridas.

Títulos de Viagem	Validade Temporal
Z2	1h00m
Z3	1h00m
Z4	1h15m
Z5	1h30m
Z6	1h45m
Z7	2h00m
Z8	2h15m
Z9	2h30m
Z10	2h45m
Z11	3h00m
Z12	3h15m

- **Andante 24**

Permite viajar um número ilimitado de vezes no número de anéis de zonas adquirido durante 24 horas consecutivas após a 1ª validação.

- **Andante Tour**

Título de transporte vocacionado para o segmento de turistas.

Confere acesso a toda a rede intermodal Andante permitindo um número ilimitado de viagens durante 24 horas (Andante Tour 1) e 72 horas (Andante Tour 3) consecutivas após a primeira validação.

O cartão Andante Tour não é recarregável.

3.2.2. Títulos de Assinatura Mensal

Válidos num conjunto de zonas selecionadas pelo Cliente, permitindo-lhe viajar um número ilimitado de vezes durante um mês (de calendário).

- **Normal**

Título não subsidiado destinado ao público em geral.

- **Social**

- 25% desconto

- **Social+**

- ✓ Reformados e Pensionistas
- ✓ Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego
- ✓ Famílias

- **Júnior / Estudante**
 - ✓ Alunos até aos 25 anos de idade (inclusive) matriculados em cursos reconhecidos oficialmente de ensino primário, secundário, técnico-profissional, médio ou superior.
 - **Sénior**
 - ✓ Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
 - **Reformado-Pensionista**
 - ✓ Pessoas pertencentes a agregados familiares cujo rendimento global não ultrapassa o salário mínimo nacional.
 - **4_18 (B)**
 - ✓ Beneficiários do Escalão “B” de Ação Social Escolar.
 - **4_18 (F) / Sub23 (F)**
 - ✓ Destina-se a estudantes das assinaturas 4_18 e Sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria n.º272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +).
- ii. **50% desconto**
- **Social+ (A)**
 - ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)
 - ✓ Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI)
- iii. **60% desconto**
- **4_18 (A) / Sub23 (A)**
 - ✓ 4_18 (A): Beneficiários do escalão “A” de Ação Social Escolar
 - ✓ Sub23 (A): Beneficiários da Ação Social no Ensino Superior.

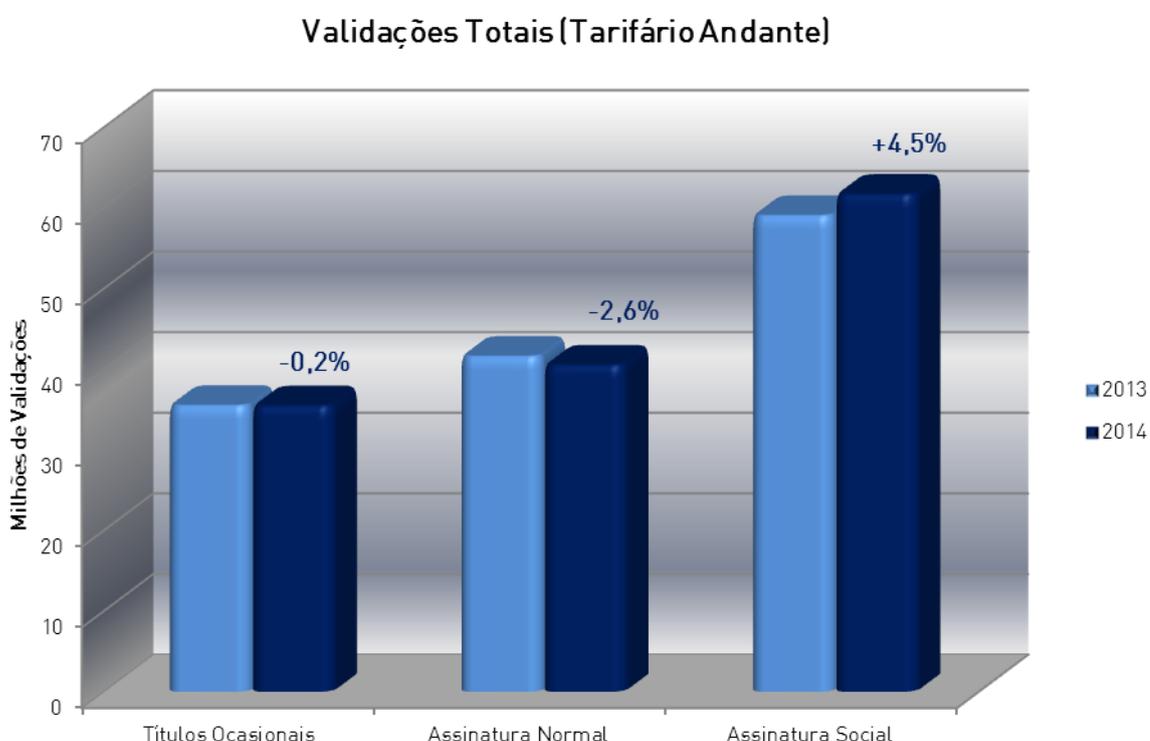
4. Atividade Comercial 2014

4.1. Validações

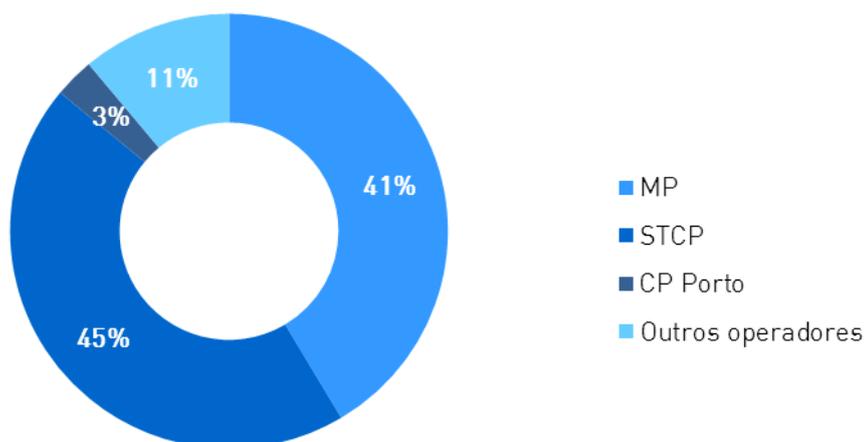
O exercício de 2014 reflete um acréscimo de 1,1% no volume de validações intermodais Andante, num total de 137,80 milhões de validações.

A distribuição da procura por tipologia de título permite concluir que 74,2% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (39,6% normais e 60,4% sociais), sendo 25,8% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se na generalidade semelhante à registada em 2013 embora com uma maior representatividade das assinaturas sociais.

As validações com assinaturas de Tarifário Social na sua globalidade (Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, 4_18(A), 4_18(B), 4_18(F), Sub23 (A), Sub23 (F)) registam um crescimento de 4,5% face a 2013, mantendo a tendência de anos anteriores.



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2014 foi a seguinte:



É de salientar o acréscimo nas validações dos operadores CP e Metro do Porto com variações positivas de 6,9% e 1,7% respetivamente face ao exercício anterior.

O continuado crescimento das validações intermodais dos operadores privados integrados no sistema intermodal Andante mantém-se em 2014, com uma subida de 23,4% face ao ano anterior refletindo não só a adesão de novas linhas dos operadores ETG e Resende no sistema intermodal Andante bem como o acréscimo generalizado da procura em linhas já integradas.

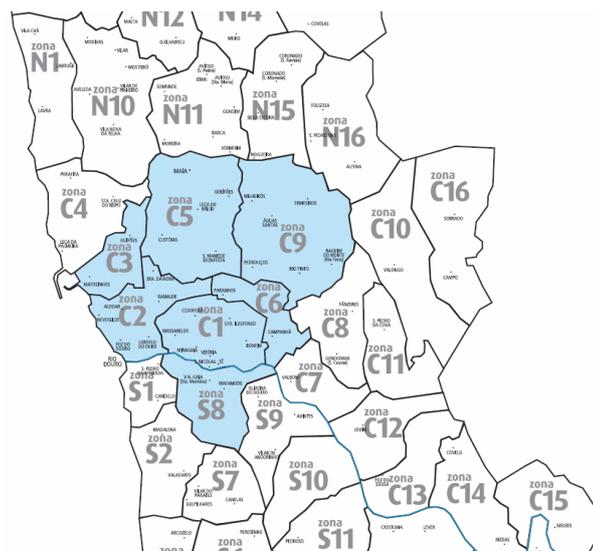
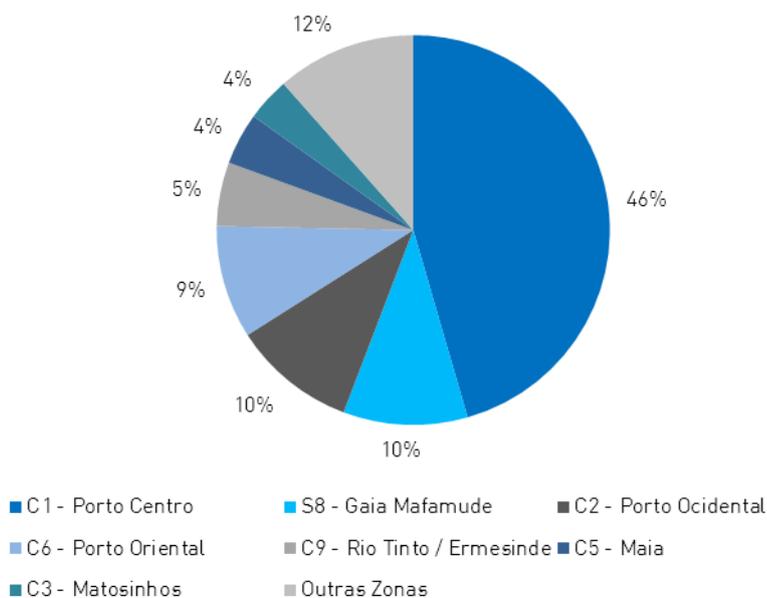
Validações Intermodais	2012	2013	2014	Δ 13/14
MP*	54,85	56,15	57,09	1,7%
STCP	45,28	64,01	61,39	-4,1%
CP Porto	3,63	3,80	4,06	6,9%
Resende	1,50	1,89	2,77	46,4%
Espírito Santo	1,39	2,24	2,54	13,1%
Maia Transportes	0,04	0,04	0,04	4,3%
Valpi	0,12	1,45	2,48	71,6%
OFR	1,00	1,18	1,20	2,4%
Nogueira da Costa	0,01	0,02	0,02	40,5%
ETG	1,82	5,43	6,07	11,9%
Pacense	0,04	0,12	0,12	0,0%
	109,68	136,32	137,80	1,1%

Unidade: milhões de validações

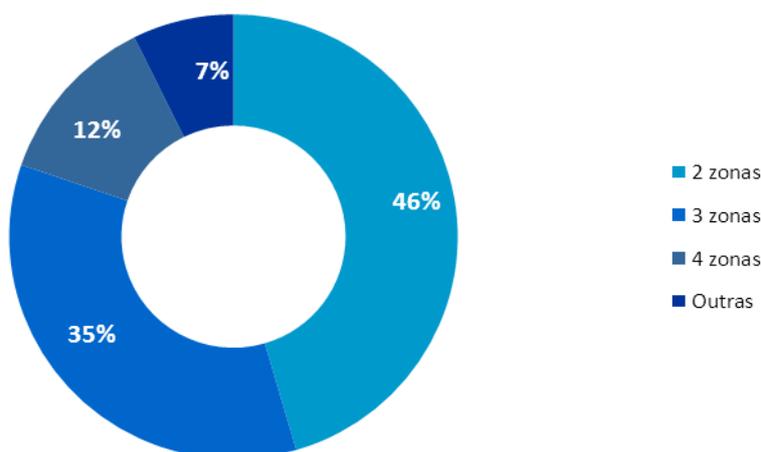
* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização com 45,54% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude) com 10,23% e C2 (Porto Ocidental) com 10,19%.

No seu conjunto, as zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8, continuam a concentrar aproximadamente 90% do total de validações do sistema intermodal Andante.



As deslocações de curta distância (Clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 80,2% das validações efetuadas em 2014, percentagem muito semelhante à apurada em 2013 (80,8%).



4.2. Quantidades Vendidas

Em 2014, foram vendidos cerca de 1,7 milhões de cartões com utilização intermodal, entendendo-se por tal, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

Os títulos de assinatura normal, têm vindo a diminuir o seu peso no total de assinaturas vendidas registando em 2014 uma quota de 39,2% contrastando com percentagens de 51,8% em 2010, 48,6% em 2011, 43,5% em 2012 e 40,7% em 2013.

Já os títulos de obrigação tarifária apresentam um comportamento divergente tendo o seu peso no total de assinaturas vindo a evoluir entre 48% em 2010 e 61% em 2014.

É de salientar o acréscimo considerável no carregamento de assinaturas com maior desconto, nomeadamente 4_18 (A) (desconto de 50%), Social+ (A) (desconto de 50%) e Sub23 (A) (desconto de 60%), com variações positivas de 11,2%, 27,34% e 21,77% respetivamente.

No que se refere aos tarifários regulados por acordo com o Ministério da Economia (Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), foram vendidos 566,3 mil títulos de assinatura o que reflete uma subida de 0,36% relativamente a 2013.

Títulos de Obrigação Tarifária

Quantidade Vendida		2010	2011	2012	2013	2014	Δ 13/14
Tarifário Social	Júnior	1.894	3.783	6.337	10.255	9.898	-3,5%
	Estudante	74.906	68.904	158.134	307.621	308.076	0,1%
	Sénior	77.729	89.869	113.557	243.337	246.537	1,3%
	Ref. / Pens.	7.037	7.703	5.394	3.117	1.826	-41,4%
		161.566	170.259	283.422	564.330	566.337	0,36%
4_18@escola.tp	4_18	222.650	237.467	117.008			
	4_18 (A)			30.576	60.355	67.064	11,12%
	4_18 (B)			12.590	28.858	23.767	-17,64%
	4_18 (F)			1.982	3.624	1.142	-68,49%
		222.650	237.467	162.156	92.837	91.973	-0,93%
sub23@superior.tp	Sub23	194.131	216.419	108.456			
	Sub23 (A)			19.477	63.742	77.621	21,77%
	Sub23 (F)			1.784	2.333	563	-75,87%
		194.131	216.419	129.717	66.075	78.184	18,33%
Social+	Social+		39.032	149.675	200.767	223.371	11,26%
	Social+ (A)			10.462	30.503	38.842	27,34%
	Social+ (D)			1.422	4.968	5.172	4,11%
	Social+ (R)			3.593	10.115	3.764	-62,79%
			39.032	165.152	246.353	271.149	10,07%
Total Títulos Obrigação Tarifária		578.347	663.177	740.447	969.595	1.007.643	3,92%
Peso total venda assinaturas		48%	51%	56%	59%	61%	

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou uma ligeira subida de 1,3% face a 2013.

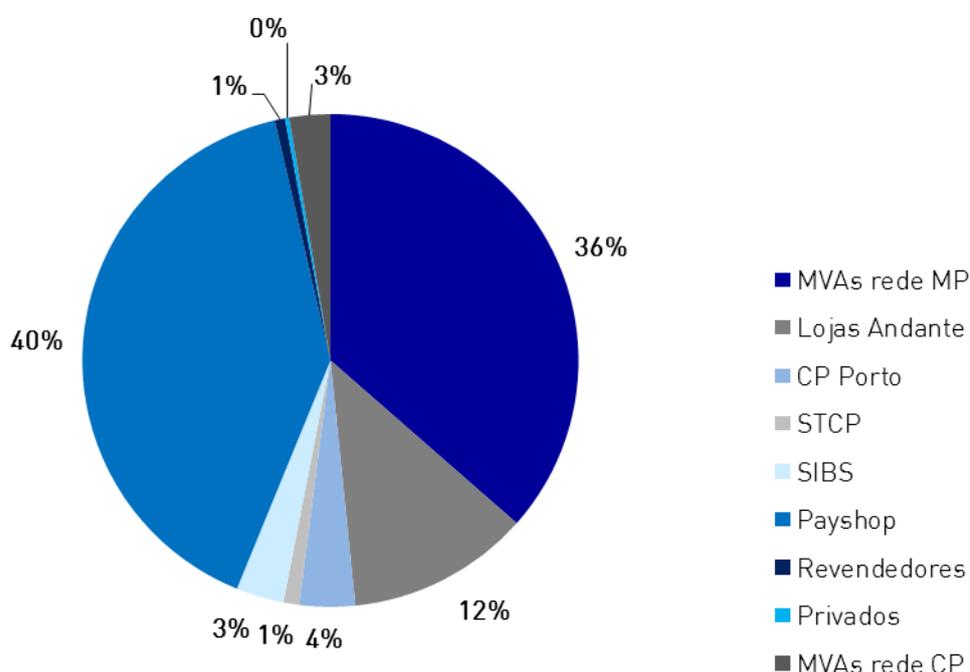
Em 2014 foram vendidos cerca de 41 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 31 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu, como habitualmente, no mês de agosto.

4.3. Receita Intermodal

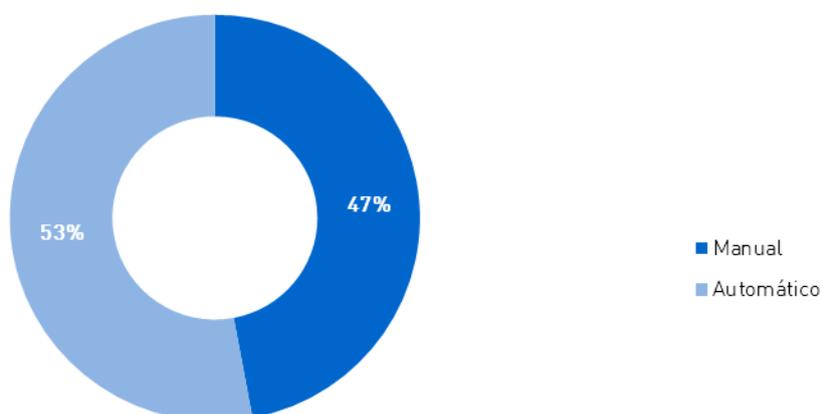
A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2014, a 86,1 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 1,1% relativamente ao ano transato.

Parte significativa da receita resulta de vendas em MVAs instaladas na rede MP (36,5%) e da venda através de agentes Payshop (40,2%).

Merece referência o expressivo crescimento de 46,1% do canal SIBS com uma receita de 2.673.823,40 euros angariada em 2014.



Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2014, resulta que a sua maioria é realizada nas Máquinas de Venda Automática e nas Caixas Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte.



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2014 (1.660 mil), as respetivas validações (102,3 milhões) e a receita correspondente (49,15 milhões de euros), permitem constatar que os Clientes de Assinatura pagaram, em média, 0,48 euros por cada validação e efetuaram, em média, 61,63 validações por mês (valores semelhantes a 2013).

As assinaturas normais representaram 652 mil carregamentos, 40,6 milhões de validações às quais corresponde uma receita de 23,43 milhões de euros, apresentando portanto uma receita média de 0,58 euros por cada validação (superior em 1,8% relativamente a 2013) e um número médio mensal de 62,18 validações, ligeiramente inferior (-0,5%) face ao ano anterior.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados durante o ano de 2014 (26,3 milhões), das respetivas validações (34,6 milhões) e da receita correspondente (34,61 milhões de euros) conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,00 euro por cada validação (o mesmo valor de 2013) e efetuaram, em média, 1,32 validações por mês, representando um acréscimo de 1,5% face a 2013.

4.4. Comunicação com o Cliente

Em 2014, a comunicação com o Cliente centrou-se no desenvolvimento de informação para uma correta utilização do sistema intermodal Andante, nomeadamente oferta tarifária, títulos de transporte e rede intermodal.

Em matéria de informação ao público, passou também a estar disponível no site Andante o “Boletim de Vendas” contendo os principais indicadores mensais sobre a intermodalidade.

No mês de outubro foi iniciado o processo de aquisição de uma base de dados cartográficos georreferenciados para a cobertura da rede intermodal Andante, tendo em vista a sua utilização no site Andante e das suas Agrupadas bem como a produção de nova cartografia impressa.

Rede de Vendas

Nos meses de setembro e outubro, como habitualmente, decorreu nas lojas Andante o reforço no atendimento ao público ditado pela obrigatoriedade da renovação dos perfis Social+, Social Estudante, 4_18 e Sub23.

Call Center Andante

Durante o exercício de 2014, a Linhandante rececionou aproximadamente 42 mil chamadas de clientes ou agentes de venda verificando-se uma diminuição de 8,7% no número de contactos.

A Linhandante respondeu ainda a cerca de 1.800 pedidos de informação rececionados por e-mail e registou mais de 5.000 cartões Andante Gold perdidos.

Foram ainda registadas 11.424 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente Máquinas de Venda Automática (MVAs), Postos de Venda Assistida (PVAs) e validadores.

Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2014 (5.106) registou um decréscimo de aproximadamente 10% face a 2013 (5.726).

Face à impossibilidade de emissão de fatura por parte das Lojas Andante nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2012, a Linhandante registou em 2014, 1.172 pedidos.

Do total das reclamações registadas, 66,5% referem-se a questões relacionadas com as MVAs e aproximadamente 17% relativas a autos de notícia MP.

Não obstante a expressão das percentagens acima referidas, importa salientar que, a taxa de reclamações relativa a valores retidos nas MVAs face ao número total de transações efetuadas por estes equipamentos é muito reduzida, conforme se constata pelos valores dos rácios a seguir detalhados:

- Taxa de reclamações TIP = N^o reclamações / N^o transações intermodais = 0,024%
- Taxa de reclamações MVA* = N^o reclamações MVA / N^o transações MVA = 0,033%

*Considerando apenas as MVA's sitas nas estações MP, cuja gestão cabe ao TIP.

4.4.1. Outras Áreas de Atividade

Andante Pro

A relação com o universo empresarial foi fortalecida em 2014 tendo sido celebrados acordos com novas empresas e renovados os que se mantinham em anos anteriores com o objeto de conceder descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual para o seu efetivo e agregado familiar.

Parcerias para a promoção da mobilidade

▪ NOS Primavera Sound

De 5 a 7 de junho, o Andante mereceu destaque no festival NOS Primavera Sound levando aos Clientes as informações necessárias e disponibilizando, no interior do recinto, a venda de títulos de transporte Andante.

Foram igualmente levados a cabo passatempos e distribuídos brindes o que em muito contribuiu para a dinamização do espaço.



▪ Universidade Júnior



No mês de julho, o Andante associou-se à Universidade do Porto entrando no maior programa nacional de iniciação ao ambiente Universitário através da identificação do melhor percurso ao menor custo para as deslocações no contexto das atividades da Universidade Júnior.

▪ Semana Europeia da Mobilidade



No âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, o TIP associou-se à AdePORTO – Agência de Energia do Porto, manifestando o seu apoio à iniciativa Mobipaper realizada a 20 de setembro tendo como principal objetivo o incentivo à utilização do transporte público. Foram realizados percursos intermunicipais em transporte público nos concelhos associados da AdEPorto, nomeadamente, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e V. Conde.

▪ Fun Day

Nos dias 11 e 12 de outubro o Andante associou-se à 12ª Edição do Fun Day na Exponor. Esta “Festa da Família” é especialmente dedicada a crianças e jovens entre os 2 e os 16 anos com uma multiplicidade de temáticas de animação, nomeadamente espaço infantil, zona divertida e spot radical.



5. Auditorias à Atividade do TIP

5.1. Inspeção Geral de Finanças

A 28 de agosto de 2014, foi rececionado pelo TIP o relatório final da auditoria da Inspeção Geral de Finanças (IGF) referente à certificação da compensação financeira relativa ao Tarifário Social Andante (TSA) do ano 2012.

Em síntese, as recomendações da IGF foram as seguintes:

1 - Um prazo de 60 dias para se dar cumprimento às recomendações da IGF, a saber:

- ✓ regularizar a situação de 4 operadores privados que não constam do acordo intermodal (A. Nogueira da Costa, Pacense, Gondomarense, OFR);
- ✓ adotar as medidas necessárias para colmatar as fragilidades que o sistema informático apresenta, no que respeita à possibilidade dos agentes de venda alterarem os dados dos clientes, bem como não impor limites quando o cliente usa o cartão do tarifário monomodal STCP;
- ✓ Repor imediatamente o regime de partilha de responsabilidades determinado no acordo em vigor (10% Estado versus 15% Operador nas assinaturas estudante e criança e 32% suportado pelo Estado das assinaturas de Ref/Pens. e 3.ª idade);
- ✓ Regularizar os valores imputados ao Estado em excesso no valor global de € 577 356,86 (com IVA), nos montantes identificados por operador, por dedução em futuros pagamentos a que os mesmos tenham direito.

2 - Necessidade de encetar diligências entre as partes tendo em vista proceder-se às necessárias adaptações regulamentares e contratuais nos termos do n.º 19 do despacho normativo 1/2012, de 27.01, designadamente a celebração de um novo Acordo ou adenda ao Acordo existente, com eficácia retroativa a 1 de Fevereiro de 2012.

A fim de dar cumprimento às recomendações supra referidas, na reunião de Conselho de Administração de 28 de novembro de 2014, foi aprovada a minuta de adenda ao Acordo para a implementação do tarifário social no Sistema Intermodal Andante, contemplando as seguintes alterações:

- Regularização da situação de 4 operadores privados que não constam do acordo de 2006 (A. Nogueira da Costa, Pacense, Gondomarense, MGC);
- O valor da comparticipação do desconto a aplicar passa a ser de 68% a suportar pelo Estado e de 32% a assumir pelo operador.

Assim, dado que a taxa de desconto do TSA é todo ele de 25%, o operador assume 8% e o Estado 17%.

No dia 17 de dezembro de 2014 foi assinada a adenda ao Acordo Intermodal para a implementação do Tarifário Social Andante entre o Estado, o TIP e os operadores de transporte público e privado, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2012.

No dia 17 de dezembro de 2014, o TIP recebeu o Projeto de Relatório da IGF referente à Certificação da compensação financeira relativa ao TSA do exercício de 2013.

No dia 22 de dezembro de 2014, este ACE exerceu o direito de contraditório, aguardando o envio do relatório final por aquela entidade.

5.2. Tribunal de Contas

Em 2014, na sequência da solicitação do Tribunal de Contas, o TIP, Transportes Intermodais do Porto, ACE exerceu o seu direito de pronúncia relativamente às recomendações resultantes das Auditorias de seguimento às recomendações formuladas nos relatórios nº 23/2009 (STCP, SA) e nº 12/2010 (Metro do Porto, SA), a saber:

1. *Que os Conselhos de Administração da STCP, SA e da Metro do Porto, SA diligenciem pela simplificação do zonamento tarifário (Recomendação 9 do relatório nº 23/2009 - 2ª secção (STCP, SA) e Recomendação 18 do relatório nº 12/2010 - 2ª secção (MP, SA).*

Em sede de comissão de gestão de acompanhamento do Protocolo de adesão ao Sistema Intermodal Andante de 21 de setembro de 2011, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2014, foi proposto pela AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto – constituir um grupo de trabalho para estudar e propor alterações ao zonamento existente, caso aplicável. Esse grupo de trabalho seria constituído por representantes das três empresas públicas – CP, STCP e MP – pelo TIP, pela AMTP e pela ANTROP.

Até à presente data, este assunto ainda não teve desenvolvimento, face às alterações ocorridas no órgão executivo da AMTP, agora constituído apenas pelo seu Presidente.

2. Que os Conselhos de Administração da STCP, SA e da Metro do Porto, SA promovam a conceção de um modelo de comunicação empresarial comum e partilhado com as empresas operadoras que integram o sistema de intermodalidade da Área Metropolitana do Porto (Recomendação 10 do relatório nº 23/2009 - 2ª secção (STCP, SA) e Recomendação 11 do relatório nº 12/2010 - 2ª secção (MP, SA).

O modelo de comunicação empresarial é partilhado entre as empresas públicas e o TIP, pese embora existam assuntos que são da responsabilidade do TIP, mas em que não se deixa de efetuar o acompanhamento, o envolvimento e a partilha de comunicação pelas empresas agrupadas.

O modelo de comunicação empresarial comum entre as empresas públicas e o TIP concretiza-se, além de outras, nas iniciativas que a seguir se discriminam:

- Promoção e divulgação da integração de novas linhas de operadores privados já aderentes, bem como de novos operadores ao sistema intermodal Andante;
- Campanha de renovação obrigatória de perfil para os estudantes (entre julho e setembro de cada ano);
- Campanha de renovação obrigatória de perfil para os reformados / pensionistas no mês de julho de cada ano;
- Abertura de novas lojas Andante, renovação de materiais danificados e dotação de condições de acessibilidade em lojas já existentes;
- Participação em eventos com a devida promoção do transporte público, como são exemplo o Optimus Primavera Sound, a Semana Europeia da Mobilidade, etc...
- Desenvolvimento de brochura “Tarifário Social Andante”;

- Produção de autocolantes de zonamento para colocação em paragens de operadores rodoviários;
- Produção de material informativo obrigatório como tarifários, contratos, requerimentos, folhetos de reclamações.

Sem prejuízo do referido, o TIP continua a desenvolver ações de integração de comunicação empresarial assente num modelo comum.

3. Que o Conselho de Administração da Metro do Porto, SA diligencie para que a Metro do Porto, SA, ainda que indiretamente, apenas usufrua de situações de trabalho temporário no estrito cumprimento da lei aplicável e quando outra solução menos desfavorável para o trabalhador não houver (Recomendação 16 do relatório nº 12/2010 – 2ª secção (MP, SA)).

O TIP é um agrupamento complementar de empresas com personalidade jurídica com capacidade para celebrar contratos, com vista à prossecução da sua atividade.

O TIP, ACE tem como objeto a implementação da bilhética intermodal comum das entidades agrupadas, bem como a definição da estrutura tarifária intermodal comum e a correspondente gestão de receita e, nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de Dezembro de 2002, não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização dos recursos humanos assegurada pelas suas Agrupadas.

Em complemento dispõem os Estatutos do TIP, que a participação das Agrupadas nos custos e encargos do Agrupamento pode ter lugar mediante a disponibilização de meios humanos.

O impedimento normativo no sentido de ter quadro de pessoal próprio e a insuficiência dos quadros das Agrupadas, agravada pela imposição do Orçamento de Estado, acarreta que o TIP, ACE tenha necessidade de recorrer a prestação de serviços, e esta realidade não pode ser confundida com recurso a trabalho temporário.

No contrato de prestação de serviços, o cliente ou tomador do serviço (no caso concreto o TIP, ACE) adquire um serviço, mas sem exercer o poder de direção sobre os trabalhadores da empresa prestadora de serviços, ainda que tais trabalhadores realizem a sua prestação laboral nas instalações do cliente. E é esta a realidade que se verifica no TIP, ACE.

Diferente seria o recurso a trabalho temporário, regime em que os trabalhadores temporários são cedidos em termos tais que ficam inseridos na estrutura organizativa do utilizador e sujeitos ao exercício pelo utilizador do poder de direção laboral, poder esse que se expressa designadamente, em ordens e instruções concretas sobre o exercício da prestação, fixação de horários e de turnos, controlo de assiduidade, etc..., tudo competências que nunca foram atribuídas contratualmente ao TIP e que sempre foram efetivamente exercidas pela empresa de prestação de serviços correspondente, no caso concreto, a Randstad.

Assim sendo, consideramos não haver lugar a recurso a trabalho temporário mas sim à celebração de um contrato de prestação de serviço, ocorrida em junho de 2012, na área dos recursos humanos, que cabe hoje no objeto ou âmbito de uma empresa de trabalho temporário, tal como é a Randstad, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro.

Em conclusão, o TIP não recorre a trabalho temporário mas tão só a prestação de serviços.

4. Que o Conselho de Administração da Metro do Porto, SA proceda, quando oportuno, aos investimentos necessários junto das Máquinas de Venda Automática de títulos de viagem, existentes nas estações de metro, para que facilitem a aquisição de títulos por cegos e amblíopes e que tenham um melhor desempenho técnico, com menos avarias, nomeadamente no que respeita à retenção de valores sem a emissão da respetiva nota de crédito (Recomendação 20 do relatório nº 12/2010 – 2ª secção (MP, SA).

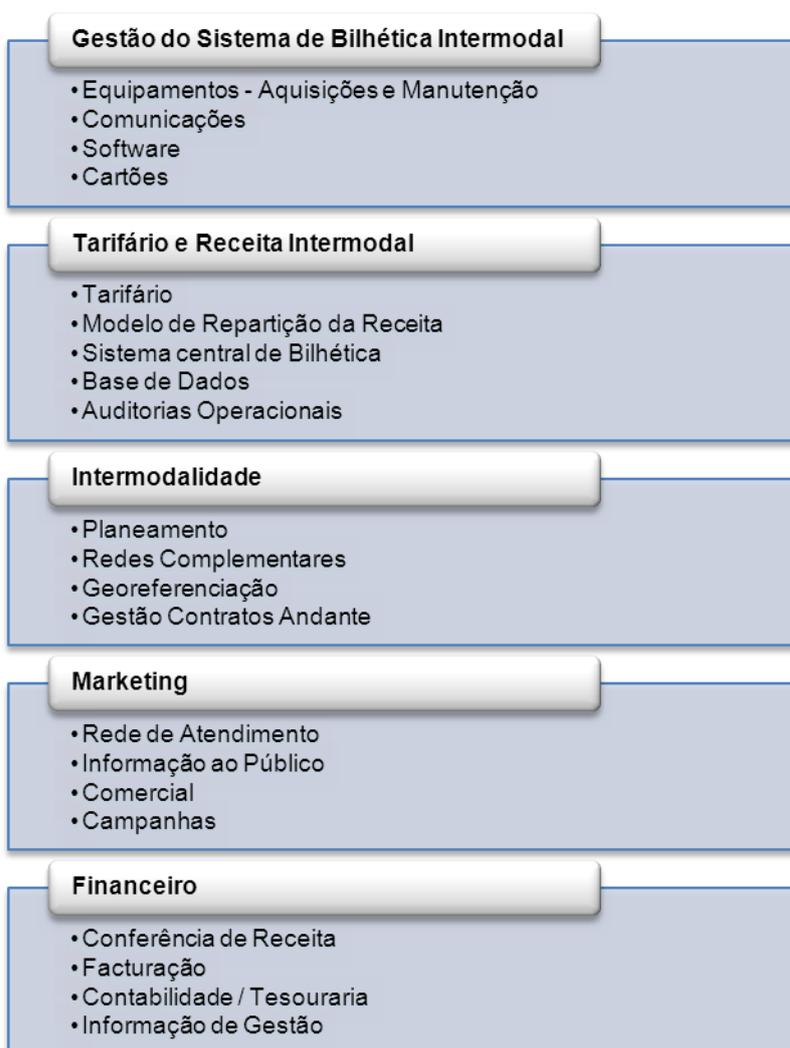
Quanto à aquisição dos títulos de transportes nas MVAs por cegos e amblíopes, está em curso a instalação de etiquetas Braille e menus vocais nas máquinas de venda automática situadas nas estações da CP e posteriormente nas estações da Metro do Porto.

No que concerne a melhor desempenho técnico das máquinas, o TIP tem encetado todos os esforços necessários junto do fornecedor e prestador de serviços para colmatar e dirimir as avarias, por forma a prestar um melhor serviço ao Cliente e às Agrupadas.

6. O TIP e os seus Colaboradores

6.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de Dezembro de 2010.



6.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização de Recursos Humanos, bem como do Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores / Empresa	2012	2013	2014
MP	7	8	7
STCP	3	2	3
CP	2	2	3
	12	12	13

7. O TIP e as suas Agrupadas

7.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de Dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, E.P.E. (CP).

Não se registaram alterações no capital social da empresa de 30.000 euros (trinta mil euros), mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Empresa	% Capital
Comboios de Portugal, EPE	33,3%
Metro do Porto, S.A.	33,3%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA	33,3%

7.2. Composição dos Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

A composição da Mesa da Assembleia Geral foi aprovada em reunião deste órgão de 27 de março de 2013, não tendo ocorrido qualquer alteração desde essa data.

Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome
Presidente	Maria Helena Meira da Silva Castro
Vice - Presidente	Fernando Manuel Moreira
Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no Artigo 8º ponto 8 dos seus Estatutos.

“São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei e neste contrato, as matérias seguintes:

- a) Alteração dos Estatutos;
- b) Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;
- c) Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;
- d) Exclusão de qualquer membro;
- e) Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;
- f) Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.

Os membros da Assembleia Geral não auferem qualquer remuneração.

Conselho de Administração

A eleição do Conselho de Administração para o triénio 2013-2015 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 27 de março de 2013 sendo a sua composição a que a seguir se detalha.

Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome	Empresa Representada
Presidente	Cristina Maria dos Santos Pinto Dias	CP - Comboios de Portugal, EPE
Vogal	João Velez Carvalho	Metro do Porto, SA
Vogal	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	STCP, SA
Vogal	António José Lopes	Eleito pela Assembleia Geral
Administradora Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos	

Nos termos do Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP “compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 5, da Ata nº 66, de 10 de Julho 2010.

Nos termos do artigo 9º ponto 3 dos Estatutos do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, os membros do Conselho de Administração, com exceção da Administradora Delegada, não auferem qualquer remuneração em virtude de serem remunerados pelas suas empresas de origem.

Mandato 2013 - 2015

Cargo	Nome	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação
Administradora-Delegada	Maria João Ferreira da Silva Santos			4.250,00 €	

Remuneração Anual (€)

Nome	Variável	Fixa	Outra	Redução		Bruta após Reduções
				Lei 12-A/2010	(Lei OE)	
Maria João Ferreira da Silva Santos		59.500,04 €			4.434,18 €	55.065,86 €

Benefícios Sociais

Nome	Sub. Refeição	Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
		Identificar	Valor			
Maria João Ferreira da Silva Santos	1.591,52 €	Seg. Social	6.170,09 €	247,49 €	8,40 €	

Conforme deliberação do Conselho do Conselho de Administração de 16 de maio de 2014, o plafond mensal da Administradora-Delegada para utilização do telemóvel é de 60 euros.

Os *Curricula Vitae* dos Membros do Conselho de Administração encontram-se detalhados em anexo.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, “o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas.”

A eleição do Fiscal Único para o triénio 2013-2015 foi aprovada em reunião de Assembleia Geral de 27 de março de 2013 sendo as funções exercidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 1975, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE desde o exercício económico de 2003. Até ao ano de 2012 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos (ROC n.º 1314), desde o exercício de 2013.

A remuneração auferida pelo Revisor Oficial de Contas do TIP, relativa ao exercício de 2014, foi de 4.583,33 euros, valor sob o qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

O referido valor contempla a redução remuneratória de acordo com o disposto na alínea o) do nº9 do artigo 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro.

7.3. Modelo de Governo do TIP

7.3.1. Missão, Visão e Política

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE – posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na Área Metropolitana do Porto (AMP) fomentando o crescimento integrado do transporte público de passageiros através do uso de tecnologias inovadoras.

A sua missão assenta nos seguintes pilares:

- Gestão do sistema de bilhética intermodal para a AMP.
- Promoção do aumento da mobilidade dos seus habitantes através da:
 - transferência modal do transporte individual privado;
 - conceção e proposta de uma estrutura tarifária única;
 - gestão rigorosa da receita intermodal;
 - integração de operadores privados no sistema, numa lógica de gestão integrada dos subsistemas, promovendo a racionalidade na utilização dos meios disponíveis;
 - criação e gestão de um sistema de informação intermodal para a AMP;
 - gestão de uma rede integrada de pontos de atendimento na AMP.

As Orientações Estratégicas para o mandato 2013 – 2015 estabelecem:

1. Adequação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão;
2. Análise do parque de equipamentos geridos pelo TIP e estudos possíveis da sua substituição parcial/integral;
3. Estudo de hipóteses de inovação tecnológica que permitam facultar ao Cliente outras formas de aquisição dos títulos de transporte;
4. Dotar o TIP de mecanismos próprios que lhe permitam criar uma certa autonomia perante os prestadores de serviços e fornecedores atuais;
5. Afirmação do sistema de bilhética e garantia da autonomia na sua gestão e manutenção;
6. Credibilização do sistema tarifário intermodal junto de todas as partes interessadas;

7. Criar um sistema de informação intermodal que apoie os cidadãos da AMP nas suas decisões de mobilidade e potencie o crescimento da quota de Transporte Público (TP) em projeto a desenvolver em conjunto com as agrupadas;
8. Criação de parcerias que potenciem o uso do transporte público e a utilização do Andante;
9. Divulgação da marca Andante;
10. Reanálise da estrutura de zonamento do tarifário Andante, de forma a torná-lo mais perceptível para os utilizadores do sistema de transporte intermodal;
11. Negociação de integração de grupos de linhas de operadores privados em articulação com a ANTRON e agrupadas e respetiva contratualização;
12. Realização de um estudo independente de análise de sensibilidade externa a fim de o TIP ficar dotado dos elementos necessários que lhe permitam tomar uma decisão sobre o critério da repartição com base no indicador Passageiro/Km.

7.3.2. Regulamentos Internos e Externos

Sendo o TIP – Transportes Intermodais do Porto um agrupamento complementar de empresas (ACE), rege-se pelos seus Estatutos e pelas normas gerais de enquadramento da atividade dos ACE: Lei n.º 4/73, de 04 de Junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/81, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto e ainda pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 20 de Dezembro de 2002.

O TIP pauta igualmente a sua atividade pelo cumprimento dos Princípios de Bom Governo em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro.

Como empresa gestora do sistema de bilhética e tarifário intermodal na Área Metropolitana do Porto, está sujeita, em particular, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei nº 8/93 de 11 de Janeiro;
- Protocolos do Tarifário Social celebrados com o Governo central.

Adicionalmente a sua atividade enquadra-se também no âmbito de:

- Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;

Em tudo o mais, o TIP obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor que lhe seja aplicável, bem como à observância dos normativos em vigor nas empresas que constituem este ACE.

7.3.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Entidade	Compras / Aquisição de Serviços	Vendas / Prestações de Serviços
CP - Comboios de Portugal, EPE	3.819.610,00	721.360,00
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do I	36.774.175,00	1.872.244,00
Metro do Porto, SA	37.309.221,00	1.917.604,00
Total	77.903.006,00	4.511.208,00

Valores em Euros e com IVA incluído

7.3.4. Informação sobre outras transações

No que respeita a transações com partes não relacionadas, o TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

A) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças concursais e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

B) Universo de transações fora das condições de mercado

Excecionalmente, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, nomeadamente nas situações de ausência de condições concorrenciais como as de direitos de propriedade intelectual ou industrial, poderá haver recurso ao ajuste direto a uma entidade.

C) Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

Nome	Montante	Localidade
Novabase Business Solutions, SA	1.025.837,50	Lisboa
Payshop, SA	731.955,67	Lisboa
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda	603.378,19	Lisboa
Prosegur - Comp. de Segurança, Lda	408.371,73	Lisboa
Octal - Engenharia de Sistemas, SA	260.448,98	Lisboa
Total	3.029.992,07	

Valores em Euros e com IVA incluído

D) Contratação Pública

A 23 de julho de 2014 foi lançado na plataforma Vortal o Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Prestação de Serviços de Agentes de Venda, Call Center, Recolha de Dados, Transporte de Consumíveis e Documentação.

O objeto da presente prestação de serviços é garantir a existência de uma equipa permanente que assegure o funcionamento da Rede de Vendas, do Call Center e Recolha de Dados, transporte de consumíveis e documentação através de Agentes de Venda, Assistentes de Apoio ao Cliente, Elementos afetos à Recolha de Dados, nos termos e condições resultantes dos elementos patenteados no concurso, nomeadamente no Caderno de Encargos.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

Data do anúncio publicado em Diário da Republica: 23/07/2014

Paralelamente, foram efetuados ajustes diretos com convite a mais do que uma empresa, a saber:

No dia 1 de setembro de 2014 foi endereçado convite a quatro empresas de consultadoria a fim de efetuarem um estudo/diagnóstico que refletisse a perspetiva de futuro do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e uma análise de benchmarking com dois ou três casos internacionais.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços.

No dia 23 de setembro de 2014 foram convidadas quatro sociedades de advogados para a prestação de serviços de natureza jurídica.

O objeto da consulta prendeu-se com a prestação de um parecer jurídico relativo aos direitos de propriedade intelectual sobre os sistemas informáticos deste ACE.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

A 1 de outubro de 2014 foram convidadas três empresas para a Aquisição de Base de Dados Cartográficos Georreferenciados.

O objeto da consulta resultou do fornecimento de base de dados cartográficos georreferenciados para utilização pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e suas Agrupadas – Metro do Porto, SA, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA e CP – Comboios de Portugal, EPE, na área integrada no sistema intermodal Andante

de transporte público abrangida pela totalidade dos Municípios do Porto, Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Espinho e Trofa.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

No dia 5 de novembro de 2014 foram convidadas quatro empresas para a prestação de serviços de certificação da aplicação informática de Repartição de Receita Andante baseado no indicador Passageiro * Zona (P/Z).

A consulta teve como objeto a certificação da aplicação informática do TIP que efetua a repartição da receita Andante com base no modelo em vigor (P/Z), aprovado a 15 de abril de 2005.

Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços

Em todos os procedimentos concursais o critério de adjudicação foi o do preço mais baixo.

7.3.5. Sistema de controlo

Todos os procedimentos decisórios são alvo de verificação sistemática em dois níveis hierárquicos: informação elaborada pelos técnicos de acordo com as áreas de responsabilidade - Gestão de Sistema de Bilhética Intermodal, Tarifário e Receita Intermodal, Intermodalidade, Marketing, Financeira - e consequente decisão pela Administradora Delegada e/ou pelo Conselho de Administração, podendo encontrar-se exemplos do envolvimento dos referidos níveis hierárquicos em todas as atas do Conselho de Administração.

As decisões do Conselho de Administração são escrupulosamente monitorizadas pela Administradora Delegada.

Mensalmente são elaborados relatórios de informação de gestão operacional e financeira analisados e avaliados em sede de Conselho de Administração.

Trimestralmente, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, o Fiscal Único elabora os relatórios de controlo de execução orçamental.

As contas anuais foram objeto de Auditoria Externa, por empresa independente, que emitiu o respetivo relatório.

Relativamente à componente de obrigação tarifária, protocolada pelos operadores aderentes ao sistema tarifário Andante com a DGTF no que respeita ao Tarifário Social e com o IMTT, no que respeita aos tarifários 4_18@descola.tp e Sub_23@superior.tp, cuja gestão compete ao TIP, foi prestada a informação mensal de controlo definida.

A 16 de julho de 2014 foi aprovada em Conselho de Administração do TIP a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE e respetivo Plano de Execução tendo os referidos documentos sido remetidos à Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, ao Tribunal de Contas, à Direção Geral do Tesouro e Finanças, à Inspeção Geral de Finanças e ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

Não dispondo o TIP diretamente de um Código de Ética e de Conduta, orienta a sua atividade em observância aos Códigos de Ética das suas agrupadas, na medida em que os colaboradores que lhe estão afetos pertencem ao respetivo quadro dos recursos humanos.

8. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios Económico, Social e Ambiental

O ACE prossegue uma política económica de gestão integrada dos recursos do Sistema Intermodal Andante (SIA), do tarifário intermodal aplicável a todos os operadores aderentes, bem como da rede de vendas comum, desenvolvendo a sua atividade com um efetivo reduzido e com recurso a prestações de serviços externas em áreas especializadas, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda de normas de qualidade.

Sendo o TIP um agrupamento complementar de empresas, a sua existência e consequentes riscos para a sua atividade e para o seu futuro, são os inerentes a um

ACE nos termos legalmente definidos, dependendo fortemente dos riscos e das opções estratégicas assumidos pelas suas agrupadas.

O TIP configura uma sociedade veículo criada pelas suas agrupadas, todas empresas de transporte coletivo de passageiros pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de implantar e gerir um sistema de bilhética intermodal comum às agrupadas, permitindo assim atingir níveis de eficiência económica que não seriam possíveis caso cada agrupada tivesse desenvolvido um sistema de bilhética próprio. O TIP viabilizou a criação de um sistema de bilhética comum, de um sistema tarifário comum e de uma rede de vendas comum às três empresas e a outros operadores que entretanto integraram o SIA, com a afetação dos seguintes recursos:

Máquinas de Venda Automáticas (MVAs)	278
Máquinas de Venda Manuais (Bilheteiras)	76
Agentes de venda	622
ATM (em todo o país)	aprox. 12.800
Máquinas Portáteis de Venda e Fiscalização	137
Máquinas Portáteis de Fiscalização	64
Validadores	1.972

Responsabilidade social

Interna

Nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio sendo a disponibilização de recursos humanos (Técnicos e Administrador – Delegado) assegurada pelas agrupadas, pelo que os colaboradores do TIP se encontram abrangidos pelas políticas de responsabilidade social das respetivas empresas origem.

No âmbito da Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pela Portaria 375/2013, de 27 de dezembro e n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho nº 1573-B/2014, de 30 de janeiro, que regula a Medida Estágios Emprego, o TIP integra um estágio em contexto de trabalho, através da sua agrupada CP.

Do total dos 13 elementos em serviço neste ACE em 2014, 46% pertencem ao sexo feminino.

Externa

Ao permitir-se ao Cliente viajar em diversos modos de transporte utilizando o mesmo título de transporte com a mesma tarifa, o TIP está inquestionavelmente a potenciar a eliminação de barreiras na mobilidade das populações servidas através da utilização do sistema intermodal.

Quadro Síntese de Evolução da Intermodalidade na AMP

	Validações Totais TP	Validações Intermodais	% Intermod. sobre total sistema	Nº Operadores Aderentes	Nº Linhas Integradas
2003	nd	6,67	nd	3	18
2004	nd	12,33	nd	7	30
2005	165,72	22,25	13%	7	57
2006	150,85	44,15	29%	7	65
2007	176,23	68,52	39%	7	99
2008	183,17	82,53	45%	7	99
2009	180,75	90,25	50%	7	99
2010	184,41	97,73	53%	7	98
2011	186,24	104,68	56%	9	102
2012	172,64	109,68	64%	11	130
2013	166,07	136,32	82%	11	134
2014	163,09	137,80	84%	11	138

Unidade: milhões de validações

O TIP, conforme inscrito na sua Visão, posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, nomeadamente em transporte público. Assim desencadeia ações no âmbito puramente intermodal e apoia, na esfera das suas competências, as políticas de sustentabilidade social da comunidade seguidas pelas três agrupadas.

Desenvolvimento Sustentável

Promoção da proteção ambiental

A intermodalidade assume-se como um fator determinante no desenvolvimento da mobilidade sustentável.

O desenho de redes de transporte mais eficientes, articuladas entre si e orientadas em função do Cliente permite a obtenção de ganhos significativos em matéria ambiental quando aliados a um sistema de bilhética e tarifário comuns.

Viabiliza-se assim uma redução do número de equipamentos instalados e do número de tipos de títulos em utilização.

Igualmente crucial revela-se a opção pela utilização de cartões recarregáveis que permite reduzir em larga escala a produção de resíduos que resultariam inevitavelmente da utilização de cartões descartáveis (1 só utilização).

Em termos médios mensais, em 2014, foram utilizados 636 mil cartões Andante azul tendo cada cartão sido utilizado no sistema intermodal, em média, 4,66 vezes por mês e contribuindo assim para uma considerável redução de resíduos produzidos, na ordem das 27,5 toneladas de resíduos de papel, que correspondem a uma poupança de cerca de 470 árvores e a cerca de 275.000 litros de água, evitados pelo facto de os cartões Andante serem recarregáveis.

Serviço público e satisfação das necessidades da comunidade

O TIP, ao consubstanciar um agrupamento complementar de empresas que asseguram um serviço público de transporte público de passageiros nos modos ferroviários, metro e rodoviário, contribui indiretamente para esse mesmo serviço e para a satisfação das necessidades da coletividade servida pelas agrupadas.

9. Obrigações de Reporte enquanto Membro do Setor Empresarial do Estado

A informação constante do presente capítulo foi elaborada em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado e dando cumprimento às orientações recebidas através do ofício nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 14 de fevereiro de 2014.

A) Objetivos de Gestão e Graus de Cumprimento

Não aplicável.

B) Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento nos últimos cinco anos:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	77.434,60	80.421,35	66.792,35	31.870,39	23.114,82
Taxa Média de Financiamento (%)	2,06%	2,53%	2,56%	1,59%	1,66%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado em 2014:

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. Absoluta	Var. %
Financiamentos Obtidos	1.624.160,85	1.005.811,34	-618.349,51	-38,10%
...dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	-
Aumentos de capital por conversão de cr	0,00	0,00	0,00	-
Endividamento Ajustado	1.624.160,85	1.005.811,34	-618.349,51	-38,10%

C) Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores e Pagamentos em Atraso

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, alterada pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação nos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definido no Decreto-Lei nº 65 – A / 2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição:

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	182	153	-29

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65 - A / 2011			
		90-120 dias	120-140 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	7.095.306	52.170	245.391	381.115	632.706
Aquisições de Capital	-61	0	0	0	10.185
Total	7.095.244	52.170	245.391	381.115	642.891

D) Recomendações aquando da Aprovação das Contas de 2013

Recomendações do Acionista

Não aplicável.

Recomendações do Tribunal de Contas

Não foi emitida qualquer recomendação às contas do TIP referente ao exercício de 2014.

E) Orientações sobre as Remunerações

Não aplicável.

F) Aplicação do Estatuto de Gestor Público

Não aplicável.

G) Aplicação das orientações relativas às normas de Contratação Pública

O TIP respeita as normas de contratação pública aquando o lançamento dos procedimentos concursais.

H) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

Não aplicável.

I) Plano de Redução de Custos

Não aplicável.

J) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado aplica-se ao TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Contudo há operações bancárias que terão de continuar a ser efetuadas fora do IGCP para fazer face a necessidades correntes que não podem ser satisfeitas com os serviços bancários desta instituição e para o cumprimento de responsabilidades contratuais.

No dia 09 de janeiro de 2014, foi enviada carta ao gabinete do Senhor Secretário de Estados das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, a solicitar autorização para proceder à movimentação de fundos nas contas TIP, ao abrigo do regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria previsto no n.º 3 do referido artigo 28.º do citado Decreto-Lei, não tendo obtido resposta até à presente data.

O TIP solicitou junto do IGCP a abertura duas contas de depósito à ordem, tendo sido autorizada a abertura de uma conta para a gestão corrente de tesouraria deste ACE.

K) Prevenção de Conflitos de Interesse

Nos termos dos artigos 51º e 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, de participações no ACE, de relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios passíveis de gerar conflitos de interesse.

L) Divulgação de Informação

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Elementos Curriculares de todos os membros do CA	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	
Identificação de comissões existentes na sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos órgãos sociais	x			
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações fora das condições de mercado		x		
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética e Conduta			x	
Relatório e Contas	x			

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto -Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, o TIP dá cumprimento às obrigações de reporte trimestral de execução orçamental.

O relatório trimestral acompanhado do relatório do órgão de fiscalização, com a devida informação de gestão financeira do TIP é transmitido à DGTF e divulgado no site da empresa.

M) Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			x		
Gestão do Risco Financeiro	x				
Limites de Crescimento do Endividamento	x				
Evolução do PMP a fornecedores	x				
Divulgação nos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x		
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x				
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x				
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013	x				
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x				
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	x				
Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público					
Utilização de cartões de crédito			x		
Reembolso de despesas de representação pessoal			x		
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x				
Contratos submetidos a visto prévio do TC					
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendações			x		
Parque Automóvel			x		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei nº 83 - C / 2013)			x		
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)					
Nº de trabalhadores			x		
Nº de cargos dirigentes			x		
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x				
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado					

10. Desempenho Económico e Financeiro

Introdução

O TIP, ACE é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética comum aos operadores de transporte aderentes ao Sistema Intermodal Andante (SIA), mais concretamente, as três empresas agrupadas – MP, STCP e CP – e oito operadores rodoviários privados.

O TIP é assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e cartões intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição de equipamentos e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos Clientes.

O TIP assegura também, a gestão da bilhética monomodal STCP e CP, quer na componente comercial, quer na componente tecnológica, que possibilita a utilização dos mesmos equipamentos da bilhética intermodal.

A principal fonte de receita do TIP consiste nas comissões cobradas aos operadores aderentes ao sistema intermodal Andante, apuradas em função do total de validações e da receita repartida, a que acrescem os valores cobrados aos Clientes pelos cartões vendidos e receitas decorrentes do contrato de cedência de equipamento de bilhética celebrado com a CP.

Embora o TIP venha apresentando EBITDA positivo e crescente nos últimos exercícios, mantém-se urgente a necessidade de equilibrar a tesouraria da empresa uma vez que os meios libertos são insuficientes para assegurar o volume de investimento realizado e, pela mesma razão, pelos investimentos que é necessário realizar no curto prazo para garantir a fiabilidade do sistema de bilhética intermodal.

Situação Patrimonial

BALANÇO	2012	2013	2014	Varição 2014/13
Ativos Fixos Tangíveis	3.662.764	2.407.653	1.392.946	-42,1%
Ativos Intangíveis	19.855	19.515	15.239	-21,9%
Inventários	434.753	289.646	352.720	21,8%
Clientes	1.437.230	1.645.108	1.398.740	-15,0%
Estado e outros entes públicos	801.670	248.445	283.502	14,1%
Outras contas a receber	162.080	348.344	1.056.606	203,3%
Caixa e Depósitos Bancários	3.964.279	6.037.349	4.174.649	-30,9%
Diferimentos	8.484	24.597	32.465	32,0%
Ativo	10.491.115	11.020.656	8.706.867	-21,0%
Capital realizado	30.000	30.000	30.000	0,0%
Resultados transitados	-4.682.643	-5.412.129	-5.176.026	-4,4%
Subsídios ao investimento	1.046.842	523.088	84.967	-83,8%
Resultado líquido do período	-729.486	236.103	499.600	111,6%
Capital Próprio	-4.335.287	-4.622.938	-4.561.460	1,3%
Passivo não corrente	1.626.691	1.005.695	378.032	-62,4%
Fornecedores	1.624.173	1.826.560	1.637.515	-10,3%
Fornecedores de Investimentos	107.400	106.572	59.681	-44,0%
Estado e outros entes públicos	9.295	2.131	3.399	59,5%
Financiamentos obtidos	607.022	618.465	627.779	1,5%
Outras contas a pagar	10.851.821	12.084.170	10.555.599	-12,6%
Diferimentos	0	0	6.323	-
Passivo	14.826.402	15.643.594	13.268.327	-15,2%

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2014 um nível de investimento de 200,7 milhares de euros (face a 110,8 milhares de euros no ano anterior), na sua maioria referente ao contrato de migração dos Terminais de Pagamento Automáticos (TPAs) instalados nas Máquinas de Venda Automática para a nova tecnologia EMV. Sem esta atualização, com um custo global de 590.350 euros, a utilização deste modo de pagamento nas máquinas localizadas nas estações deixaria de estar disponível.

Pese embora o investimento realizado em 2014 e em resultado da depreciação contabilística dos equipamentos intermodais, regista-se uma redução de 42,0% do ativo não corrente.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se uma redução de 15,0% das dívidas de Clientes, ascendendo estas, no final do exercício, a 1.398,7 milhares de euros.

Em sentido contrário, registou-se uma subida significativa da rubrica Outras Contas a Receber, com um crescimento de 203,3% face ao ano transato, para um total no final do exercício de 1.056,6 milhares de euros. Esta variação resulta de imputações de custos diversos que deverão ser suportados pelas agrupadas.

Os valores a receber do Estado, 283,5 mil euros, são na quase totalidade referentes a verbas de IVA a recuperar.

A redução do saldo de Caixa e Depósitos à Ordem, menos 30,9%, resulta de uma otimização dos prazos de transferência da receita repartida pelos operadores aderentes ao sistema intermodal.

Regista-se uma inversão da tendência de deterioração dos Capitais Próprios do TIP, que em 2014 apresentam uma melhoria de 1,3%, mantendo-se no entanto negativos em 4,6 milhões de euros, para o que contribui a melhoria registada nos resultados do exercício.

Procedeu-se, nos termos contratualmente previstos, à amortização de 618,3 milhares de euros da operação de locação financeira contratada em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética, o que conduziu à redução de 38,1% do montante de financiamentos obtidos, considerando os passivos corrente e não corrente. No final do exercício de 2014, o valor em dívida desta operação ascende a 1,0 milhões de euros, dos quais 627,8 mil euros a amortizar em 2015 e o remanescente em 2016, fim do prazo contratual da operação.

Ao nível do passivo corrente, regista-se uma redução de 12,6% da rubrica Outras Contas a Pagar, que ascende a 10,6 milhões no final de 2014 e é maioritariamente composta por receita intermodal repartida faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA. A descida verificada nesta rubrica resulta da já referida otimização do prazo de transferência da receita repartida pelos operadores.

Regista-se ainda uma descida de 10,3% das dívidas a fornecedores correntes, assim como do valor em dívida a fornecedores de investimentos (menos 44,0%).

Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2012	2013	2014	Varição 2014/13
CMVMC	448.389	386.114	359.412	-6,9%
Fornecimentos e serviços externos	3.801.163	3.457.362	3.489.054	0,9%
Gastos com o pessoal	442.115	589.907	544.097	-7,8%
Outros gastos e perdas	48.167	17.334	7.756	-55,3%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.396.857	1.366.225	1.219.726	-10,7%
Juros e gastos similares suportados	205.361	162.392	206.080	26,9%
Imposto sobre o rendimento do período	4.186	2.131	2.025	-5,0%
Gastos	6.346.240	5.981.466	5.828.149	-2,6%
Vendas e serviços prestados	5.084.505	5.690.610	5.883.930	3,4%
Outros rendimentos e ganhos	526.216	525.759	442.282	-15,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	6.033	1.199	1.537	28,2%
Rendimentos	5.616.754	6.217.568	6.327.749	1,8%
Resultado Líquido do Período	-729.486	236.103	499.600	111,6%
EBITDA	346.170	1.241.898	1.487.771	19,8%

[valores expressos em euros]

Em 2014 o EBITDA apresentou uma subida de 19,8% para o valor de 1.487,8 milhares de euros.

O Resultado Líquido do exercício, positivo em 499,6 mil euros, mais que duplicou face ao valor do ano anterior (mais 111,6%).

Estas evoluções assentam na subida de 3,49% das Vendas e serviços prestados, para o que contribui as subidas de 5,8% das comissões de âmbito intermodal pela gestão do sistema de bilhética (mais 227,4 mil euros); esta subida mais do que compensou a redução de 132,1 mil euros no valor dos contratos de cedência de equipamento de bilhética.

Para a evolução positiva dos resultados da empresa contribui também a redução dos custos suportados com as rubricas CMVMC (menos 6,9%, referente a cartões intermodais vendidos) e Pessoal (redução de 7,8%, referente à contabilização em 2013, do valor de dois subsídios de férias).

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos apresenta, em termos agregados, uma subida marginal de 0,9%.

É, no entanto, de assinalar, a redução das rubricas de custos com manutenção (menos 8,2% excluindo manutenção por atos de vandalismo sobre os equipamentos de bilhética), de trabalhos especializados prestados por entidades externas (menos 3,6%) e de transporte e tratamento de valores (menos 2,5% no novo contrato).

A subida da rubrica de juros e gastos similares suportados é explicada na totalidade pela subida dos encargos com serviços bancários, nomeadamente, no acerto da faturação pela disponibilização de Terminais de Pagamento Automático.

	2012	2013	2014	Varição 2014/13
Custos Operacionais	4.739.835	4.450.717	4.400.319	-1,1%
Receitas Operacionais	5.086.005	5.692.610	5.885.930	3,4%
Grau de Cobertura Operacional	107,3%	127,9%	133,8%	5,9 pp

[valores expressos em euros]

Foi reforçada a tendência de melhoria do grau de cobertura operacional, registando-se uma variação positiva face a 2013 de 5,9 p.p. e de 26,5 p.p. face a 2012. Este indicador traduz a cobertura dos Custos Operacionais sem amortizações pelas Receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

10.1. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 499.599,53 euros (quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e nove euros e cinquenta e três cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 23 de março de 2015

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:



PERSPETIVAS PARA 2015



O Plano de Atividades do TIP para 2015 assenta em sete grandes vetores pelos quais se pauta a sua ação:

I. Sistema de Bilhética e Receita Intermodal

No ano de 2014 foram concretizadas medidas com repercussão imediata no processo de repartição da receita, tornando-o mais célere e eficaz, havendo igualmente a registar a auditoria interna efetuada à base de dados do Computador Central de Bilhética (CCB).

Em 2015, é objetivo do TIP continuar a desenvolver o trabalho sobre os seus sistemas de informação, com o estudo sobre a viabilidade de utilização de uma única tabela de validações, a par do estudo sobre as listas negras e a validade dos cartões Andante.

A fim de dar sequência ao trabalho já realizado nos anos de 2013 e 2014, o TIP continuará a internalizar alguns serviços informáticos, na medida em que existem equipas internas das agrupadas habilitadas a prestar esse serviço de forma eficiente e a um custo muito inferior ao praticado pelo fornecedor atual Novabase.

Com a otimização do programa da repartição da receita, tornou-se necessário realizar uma nova Certificação do Programa, processo este já iniciado em 2014 e que será concluído no início de 2015.

O exercício de 2015 permitirá ainda concretizar e implementar o projeto de migração dos Terminais de Pagamento Automático (TPAs) de multibanco em toda a rede de vendas cuja modificação física e lógica é complexa e envolve investimento considerável.

II. Modelo de Negócio do TIP

Em 2015 manter-se-ão os valores do “fee” por validação monomodal e intermodal e da comissão de rede de vendas, cujo aumento mais não significaria do que a transferência de custos de exploração e investimento do TIP para os operadores.

Situação diferente ocorrerá com o valor dos cartões Andante com uma ligeira subida do preço de venda ao público, mais concretamente 0,10 € nos cartões ocasionais e 1,00 € nos cartões de assinatura (andante Gold). O valor dos cartões 4_18 e Sub_23 terão um aumento de 50% face ao valor do cartão assinatura.

III. Alargamento do Sistema Intermodal Andante

Em matéria de operacionalização da integração de novas linhas no Sistema Intermodal Andante (SIA), o TIP não conseguiu concretizar, no ano de 2014, o alargamento do SIA a toda a rede CP situada na sua área geográfica, bem como efetuar a revisão do zonamento intermodal numa lógica de simplificação para o Cliente pela falta de meios ditada pela indefinição do seu papel perante a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

No ano 2015 será premente a realização de um estudo independente de análise de sensibilidade externa, para que o TIP possa vir a estar dotado dos elementos necessários que lhe permitam tomar uma decisão sobre o critério de repartição com base no indicador Passageiro/Km.

IV. Canais de Venda

Face à adjudicação do concurso para a prestação de serviços de agentes de venda, call center, recolha de dados, transporte de consumíveis e documentação, no primeiro trimestre de 2015, o TIP terá um novo Prestador de Serviços a gerir 10 (dez) lojas Andante.

Em 2015, iniciar-se-á o projeto da emissão de faturas em toda a rede de vendas Andante, quer nas máquinas de venda automática, quer nas lojas Andante, com a devida certificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Prevê-se ainda o lançamento do concurso e conseqüente adjudicação da prestação de serviços de recolha e tratamento de valores, em toda a rede de vendas.

Tendo consciência de que existe um forte potencial na diversificação dos canais de venda, o TIP iniciou já o seu desenvolvimento pretendendo vir a alcançar em 2015 a exploração em pleno de matérias como os carregamentos por internet e através do telemóvel bem como a utilização do cartão bancário.

Também em 2015, irá ser uma realidade o lançamento de um título de transporte pré - pago a utilizar em vários operadores da Área Metropolitana do Porto. O valor da viagem que o Cliente efetuar irá ser descontado ao saldo remanescente do seu cartão, consoante a tarifa e as suas condições de utilização.

V. Proposta de valor associada ao Cartão Andante Gold

Tendo como objetivo central a consolidação da recuperação da procura de transporte público, o TIP irá lançar ao longo de 2015 um conjunto de parcerias com entidades relevantes da Área Metropolitana do Porto, materializado em benefícios diretos e mensuráveis no dia-a-dia do Cliente.

VI. Processos internos

O ano de 2015 será igualmente marcado pela permanente atualização do cadastro do sistema de bilhética, bem como a gestão operacional dos fornecimentos e prestações de serviços contratualizados, com nomeação de um gestor por contrato e criação de base de dados de contratos que permita o acompanhamento formal dos mesmos.

VII. Gestão económica e financeira

O ACE continuará, em 2015, a preocupação já tida em 2014, em garantir o rigoroso cumprimento das orientações da Tutela no sentido da forte contenção de custos, consentânea com o previsto alargamento da sua atividade.

É igualmente preconizado por este ACE a apresentação ao seu Conselho de Administração de uma política de investimentos mediante proposta devidamente fundamentada.

Paralelamente, o TIP continuará com a renegociação dos contratos existentes e com o lançamento de processos concursais dos contratos a terminar, com especial incidência no valor dos preços praticados, pressupondo a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014



Balanço a 31 de Dezembro de 2014

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.392.946	2.407.653
Ativos intangíveis	6	15.239	19.515
		1.408.185	2.427.168
Ativo corrente			
Inventários	7	352.720	289.646
Clientes	8	1.398.740	1.645.108
Estado e outros entes públicos	9	283.502	248.445
Outras contas a receber	10	1.056.606	348.344
Diferimentos	11	32.465	24.597
Caixa e depósitos bancários	4	4.174.649	6.037.349
		7.298.682	8.593.488
Total do ativo		8.706.867	11.020.656
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	30.000	30.000
Resultados transitados	12	(5.176.026)	(5.412.129)
Subsídios ao investimento	12	84.967	523.088
Resultado líquido do período		499.600	236.103
Total do capital próprio		(4.561.460)	(4.622.938)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	378.032	1.005.695
		378.032	1.005.695
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.637.515	1.826.560
Fornecedores de investimentos	15	59.681	106.572
Estado e outros entes públicos	9	3.399	2.131
Financiamentos obtidos	16	627.779	618.465
Outras contas a pagar	14	10.555.599	12.084.170
Diferimentos	11	6.323	
		12.890.295	14.637.899
Total do passivo		13.268.327	15.643.594
Total do capital próprio e do passivo		8.706.867	11.020.656

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2014 e 2013

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	5.883.930	5.690.610
Outros rendimentos			
Outros rendimentos e ganhos	18	442.282	525.759
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(359.412)	(386.114)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.489.054)	(3.457.362)
Gastos com o pessoal	21	(544.097)	(589.907)
Outros gastos e perdas	22	(7.756)	(17.334)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.925.893	1.765.652
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.219.726)	(1.366.225)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		706.167	399.427
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1.537	1.199
Juros e gastos similares suportados	24	(206.080)	(162.392)
Resultado antes de impostos		501.624	238.234
Imposto sobre o rendimento do período	9	(2.025)	(2.131)
Resultado líquido do período		499.600	236.103

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2014

Unidade: **Euros**

		Notas	Capital realizado	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2013		1	30.000	1.046.842	(4.682.643)	(729.486)	(4.335.287)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					(729.486)	729.486	0
Varição subsídios ao investimento				(523.754)			(523.754)
		2	0	(523.754)	(729.486)	729.486	(523.754)
Resultado Líquido do Período		3				236.103	236.103
Resultado Integral		4 = 2 + 3					(287.651)
Capital próprio em 31-12-2013		6	30.000	523.088	(5.412.129)	236.103	(4.622.938)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					236.103	(236.103)	0
Varição subsídios ao investimento				(438.122)			(438.122)
		7	0	(438.122)	236.103	(236.103)	(438.122)
Resultado Líquido do Período - 2014		8				499.600	499.600
Resultado Integral - 2014		9 = 7 + 8					61.478
Capital próprio em 31-12-2014		10	30.000	84.967	(5.176.026)	499.600	(4.561.460)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2014 e 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	6.130.299	5.482.731
Pagamentos a fornecedores	(4.385.806)	(3.126.698)
Pagamentos ao pessoal	(551.744)	(548.380)
Caixa gerada pelas operações	1.192.749	1.807.654
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	(1.230)	1.112
Outros recebimentos/pagamentos	(386.398)	(142.103)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	805.121	1.666.662
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a :		
Activos fixos tangíveis	(241.640)	(97.907)
Activos intangíveis	(5.995)	(13.689)
Investimentos financeiros	0	0
Outros activos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0	0
Activos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Locação financeira	0	0
Subsídios ao investimento	0	0
Juros e rendimentos similares	0	0
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(247.634)	(111.596)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	0
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	1.537	1.199
Recebimentos a transferir para os operadores	87.670.378	80.595.562
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos	(618.350)	(740.071)
Pagamentos efectuados aos operadores	(89.450.541)	(79.302.485)
Juros e gastos similares	(23.211)	(32.013)
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	(4.186)
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(2.420.187)	518.005
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	(1.862.700)	2.073.071
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.037.349	3.964.279
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.174.649	6.037.349

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2014

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de Dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transporte intermodal na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 23 de março de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2014, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados a um custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo pode ser o custo estimado à data de transição para NCRF ou o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	N.º de anos
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea anterior, relativa aos ativos fixos tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são de 33,33% para a sua totalidade.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

3.3. Inventários

As mercadorias correspondem na sua totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.4. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2014, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.5. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de “Clientes e Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subseqüentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de

ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.7. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.8. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laborar em vigor os colaboradores adquirem o direito a férias e a subsídio de férias no final do período em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do período um acréscimo do montante que será pago no período seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

3.10. Rédito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pela Comissão de Validação são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

Os proveitos gerados pela Comissão de Rede de Vendas são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

3.11. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.11.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.11.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11.3 Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Agrupamento opera.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2014	2013
Depósitos bancários	3.714.863	5.540.107
Caixa	459.786	497.242
Caixa e equivalentes de caixa	4.174.649	6.037.349

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2013				
Custo de Aquisição	5.998	11.304.661	324.522	11.635.181
Depreciações acumuladas	(5.733)	(7.680.916)	(285.767)	(7.972.416)
Valor líquido	265	3.623.745	38.755	3.662.765
Variação do período				
Adições	647	57.809	38.623	97.079

Abates	0	0	0	0
Depreciação – exercício	(373)	(1.312.354)	(39.463)	(1.352.190)
Depreciação - abates	0	0	0	0
Valor líquido	274	(1.254.545)	(841)	(1.255.111)

31 de Dezembro de 2013

Custo de Aquisição	6.645	11.362.471	363.145	11.732.260
Depreciações acumuladas	(6.106)	(8.993.270)	(325.231)	(9.324.606)
Valor líquido	539	2.369.200	37.914	2.407.654

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2014

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2014				
Custo de Aquisição	6.645	11.362.471	363.145	11.732.260
Depreciações acumuladas	(6.106)	(8.993.270)	(325.231)	(9.324.606)
Valor líquido	539	2.369.200	37.914	2.407.654
Variação do período				
Adições	0	160.676	34.073	194.748
Abates	0	0	0	0
Depreciação – exercício	(539)	(1.180.149)	(28.768)	(1.209.456)
Depreciação - abates	0	0	0	0
Valor líquido	(539)	(1.019.473)	5.304	(1.014.708)
31 de Dezembro de 2014				
Custo de Aquisição	6.645	11.523.146	397.218	11.927.008
Depreciações acumuladas	(6.645)	(10.173.419)	(353.998)	(10.534.062)
Valor líquido	0	1.349.727	43.219	1.392.946

No período findo em 31 de Dezembro de 2014 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	2014	2013
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(4.081.729)	(3.783.760)
	327.776	625.745

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2013

	Outros ativos Intangíveis	Total
1 de Janeiro de 2013		
Custo de Aquisição	40.108	40.108
Amortizações acumuladas	(20.253)	(20.253)
Valor líquido	19.855	19.855
Variação do período		
Adições	13.695	13.695
Amortizações – exercício	(14.035)	(14.035)
Valor líquido	(340)	(340)
31 de Dezembro de 2013		
Custo de Aquisição	53.802	53.802
Amortizações acumuladas	(34.288)	(34.288)
Valor líquido	19.515	19.515

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2014

	Outros ativos Intangíveis	Total
1 de Janeiro de 2014		
Custo de Aquisição	53.802	53.802
Amortizações acumuladas	(34.288)	(34.288)
Valor líquido	19.515	19.515
Varição do período		
Adições	5.995	5.995
Amortizações – exercício	(10.271)	(10.271)
Valor líquido	15.239	15.239
31 de Dezembro de 2014		
Custo de Aquisição	59.797	59.797
Amortizações acumuladas	(44.558)	(44.558)
Valor líquido	15.239	15.239

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 352.720 euros (289.646 euros em 2013) e encontram-se em poder TIP e de terceiros.

8. CLIENTES

No período findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	2014	2013
Clientes – Entidades públicas	670.765	679.662
Clientes – Entidades não públicas	727.975	965.447
Total Clientes	1.398.740	1.645.108

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	2014	2013
CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	384.732	500.494
Metro do Porto, S.A.	268.133	221.311
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, S.A.	241.512	614.828
Prometro, S.A.	157.999	95.147
Direcção Geral da Adm.da Justiça	128.751	36.621
PSP - Direcção Nacional	70.727	38.438
Resende Actividade Turística, SA	18.358	6.488
Brigada Fiscal GNR Cons.Administr.	15.464	2.183
C.M. DO PORTO	12.714	3.378
Outras dívidas de clientes	100.348	126.221
Total Clientes	1.398.740	1.645.108

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava-se como segue:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– A recuperar	278.135		243.261	
IRS – Retenções na fonte (a terceiros)		1.375		0
IRC – Retenções na fonte a receber	4.983		4.883	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	384		300	
IRC – Tributações autónomas		2.025		2.131
	283.502	3.399	248.445	2.131

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos mais significativos da rubrica “Outras contas a receber” apresenta-se como segue:

	2014	2013
Acréc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	249.183	123.557
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Operadores conta corrente	398.551	34.100

Acréc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	18.053	7.256
Acréc. rendimento-Comissões Monomodais	11.200	0
Outros acrésc. rendimentos	318.119	121.929
Total de outras contas a receber	1.056.606	348.344

11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica “Diferimentos (Ativo)” em 31 de Dezembro de 2014 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 32.465 euros (24.597 euros em 2013).

O saldo da rubrica “Diferimentos (Passivo)” em 31 de Dezembro de 2014 refere-se exclusivamente a “Outros rendimentos a reconhecer” no montante de 6.323 euros (0 euros em 2013).

12. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2014, de -5.176.026 Euros (-5.412.129 Euros em 2013).

Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	Montante
1 de Janeiro de 2013	1.046.842
Regularizações por resultados	-523.754
31 de Dezembro de 2013	523.088
Regularizações por resultados	-438.122
31 de Dezembro de 2014	84.967

Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	Montante
1 de Janeiro de 2013	-729.486
Aplicação dos resultados	729.486
Resultado do período	236.103
31 de Dezembro de 2013	236.103
Aplicação dos resultados	-236.103
Resultado do período	499.600
31 de Dezembro de 2014	499.600

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2014	2013
STCP-Soc.Transp.Colec. Porto, SA	570.728	411.453
Metro do Porto, S.A.	528.110	632.672
Randstad II-Prestação de Serv., Lda	185.765	125.257
Novabase Business Solutions, S.A.	103.810	106.464
PROSEGUR-Comp. de Segurança, Lda	80.738	80.271
Card4B - Systems, S.A.	42.395	41.743

CP-Comboios de Portugal, E.P.E.	40.164	178.679
Outras dívidas a fornecedores	85.804	250.020
Total de fornecedores	1.637.515	1.826.560

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de Outras Contas a Pagar (saldo corrente) é o seguinte:

	2014	2013
Metro do Porto, S.A.	3.428.177	6.488.726
Receita a repartir	3.369.392	2.263.136
STCP-Soc.Transp.Colectivos do Porto, S.A.	2.389.894	2.098.539
Resende Actividade Turisticas, S.A.	333.210	217.844
Empresa de Transp. Gondomarense	290.724	284.303
Valpi-Alberto Pinto & Filhos, Lda.	135.893	115.102
J.Espirito Santo & Irmão	118.643	103.015
MGC-Moreira Gomes & Costas,Lda	51.369	49.223
Outras contas a pagar	438.297	464.283
Total de outras contas a pagar (saldo corrente)	10.555.599	12.084.170

	2014	2013
Outros credores		
Credores diversos i)	7.117.640	9.743.319
Receita a repartir ii)	3.369.392	2.263.136
Acréscimos de gastos		
Remunerações	68.567	77.588
Outros	0	128
Total de outras contas a pagar	10.555.599	12.084.170

i) A rubrica “Credores diversos” refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

- ii) O procedimento de repartição da receita da venda de títulos intermodais Andante pelos operadores aderentes, que prestam o serviço de transporte aos clientes, ocorre no momento de utilização da viagem adquirida. Essa repartição é processada por uma aplicação informática, denominada de MRRA – Modelo de Repartição Receita Andante, que foi certificado pela empresa Critical em 2007, encontrando-se nesta data essa mesma empresa a ultimar uma nova certificação da aplicação. O facto de a aquisição da viagem, por parte do cliente, ocorrer em momento anterior ao da sua utilização, determina uma diferença temporal entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante.

Em 31 de dezembro de 2014, a referida diferença temporal apresenta a seguinte decomposição:

	2014	2013
Assinaturas de Janeiro do ano seguinte	1.794.108	2.022.020
Títulos Ocasionais não validados	1.607.797	1.428.814
Notas de Crédito das MVA's não descontadas	672.857	585.191
Outros (por caracterizar)	-73.751	-95.609
Receita Intermodal	4.001.011	3.940.416

A rubrica “Receita a repartir” corresponde, essencialmente, à diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante com depósito efetuado em contas da empresa e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante. Para o apuramento do referido valor foram tidos em conta os seguintes movimentos, conforme apresentado no quadro infra:

- Receita Intermodal - diferença entre os valores da receita da venda de títulos intermodais Andante, com e sem depósito efetuado em contas da empresa, e os valores repartidos pelos operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante;
- Receita em trânsito - valores da receita da venda de títulos intermodais Andante por depositar em contas da empresa (maioritariamente valores ainda não depositados relativamente à rede de vendas Payshop, Lojas Andante e MVA's);

- Abastecimento das MVA's (Máquinas de Venda Automática) - diferencial entre os valores contabilizados e os valores apurados relativamente ao abastecimento de trocos nas MVA's (valor a ser entregue pela Prossegur);
- Receita a não Repartir - receita acumulada, depositada em contas da empresa, referente à venda de títulos intermodais Andante Pro e Euro 2004 que não foi nem poderá vir a ser utilizada.

	2014	2013
Receita intermodal	4.001.011	3.940.416
Receita em trânsito	-1.769.076	-2.746.648
MVA's e Postos de Venda Andante	-543.136	-1.342.215
Lojas Payshop	-1.060.620	-1.203.910
Pagamentos Efetuados por MB (SIBS)	-165.320	-200.523
Abastecimento das MVA's	255.552	322.171
Receita a não Repartir	881.904	747.197
Total	3.369.392	2.263.136

15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	2014	2013
Altronix - Sistemas	39.822	982
STCP-Soc.Transp.Colectivos do Porto, S.A.	10.185	32.574
Octal – Engenharia de Sistemas, S.A.	4.015	59.461
Iten Solutions-Sistemas Inform-	3.570	217
Reload Consultoria	1.900	0
Outros fornecedores investimentos	189	13.340
Total de fornecedores de investimentos	59.681	106.572

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2014			2013		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira	627.779	378.032	1.005.811	618.465	1.005.695	1.624.161
Total	627.779	378.032	1.005.811	618.465	1.005.695	1.624.161

O financiamento está negociado em euros e vence juros a taxa variável.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor bruto de 4.409.505 euros. No final do período o montante em dívida associado a este contrato era de 1.005.811 euros (1.624.161 euros em 2013).

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2014	2013
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4.583.412	4.483.518
Vendas mercadorias – Títulos	1.162.369	1.071.856
Prestação de serviços – Ambito monomodal	138.149	135.236
Total de vendas e serviços prestados	5.883.930	5.690.610

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2014	2013
Imputação de subsídios ao investimento	12	438.122	523.754
Outros		4.160	2.005
Total de outros rendimentos e ganhos		442.282	525.759

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	2014	2013
Existências iniciais	289.646	434.753
Compras	421.413	241.007
Existências finais	-352.720	-289.646
Regulariz Existências	1.074	
Gasto do período	359.412	386.114

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2014	2013
Subcontratos	1.899.383	1.895.576
Serviços especializados	1.287.810	1.255.175
Serviços diversos	262.713	260.649
Materiais	30.639	39.504
Outros fornecimentos e serviços externos	8.509	6.458
Total de fornecimentos e serviços externos	3.489.054	3.457.362

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Comissões de processamento de pagamentos: 716.970 euros (703.254 euros em 2013);
- Transporte e tratamento de valores: 545.355 euros (559.223 euros em 2013);
- Recursos humanos: 526.714 euros (510.764 euros em 2013).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 1.024.932 euros (984.234 euros em 2013) e trabalhos especializados de diversas entidades, 259.872 euros (269.704 euros em 2013).

21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2014 e 2013, foram como segue:

	2014	2013
Remunerações		
Órgãos sociais	41.212	45.853
Pessoal	396.511	424.328
	437.723	470.181
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	99.442	106.174
Custos de ação social	207	2.110
Outros	6.726	11.442
	106.374	119.726
Total de gastos com o pessoal	544.097	589.907

O número médio de colaboradores do ACE em 2014 foi de 12 (12 em 2013), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto 8 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP 2 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP 2 pessoas

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Multas e penalidades	7.498	6.399
Impostos e taxas	258	394
Outros	0	10.541
Total de outros gastos e perdas	7.756	17.334

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo da rubrica «Juros e gastos similares obtidos» em 31 de Dezembro de 2014 refere-se exclusivamente a juros de depósitos no montante de 1.537 euros (1.199 euros em 2013).

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Gastos com serviços bancários	182.965	130.512
Juros de financiamentos obtidos	23.115	31.870
Outros	0	9
Total de juros e gastos similares suportados	206.080	162.392

25. PARTES RELACIONADAS

Transações entre partes relacionadas

Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.

Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	2014	2013
Prestação de Serviços		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	721.360	861.805
STCP-Soc. Transp. Coletivos do Porto, S.A.	1.872.244	2.019.850
Metro do Porto, S. A.	1.917.604	1.794.407
	4.511.208	4.676.062
Aquisição de Serviços (incl receita intermodal)		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	3.819.610	3.287.456
STCP-Soc. Transp. Coletivos do Porto, S.A.	36.774.175	38.187.702
Metro do Porto, S. A.	37.309.221	36.130.102
	77.903.006	77.605.260

Procedemos ao ajustamento dos valores comparativos de 2013, em particular na rubrica “Prestação de Serviços - STCP”, com o objetivo de refletir o critério adotado em 2014 nomeadamente, que a receita intermodal recebida pela STCP nos postos de

venda onde, simultaneamente, atua como revendedor não são de considerar nesta rubrica.

No final do período de 2014 e 2013, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	2014	2013
Saldos devedores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	783.283	500.494
Metro do Porto, S. A.	268.133	221.311
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	241.512	614.828
	1.292.929	1.336.633
Saldos credores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	324.214	441.168
Metro do Porto, S. A.	3.956.287	7.155.498
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	2.970.806	2.542.565
	7.251.307	10.139.231

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2014, de 5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 417 euros, (5.000 euros, com uma redução remuneratória no valor de 500 euros em 2013).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada a referir.

ANEXOS



Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2012	2013	2014	Δ 13/14
Andante Gold TIP	79.216	63.689	61.663	-3,2%
Andante Gold 4_18	9.667	6.688	6.805	1,7%
Andante Gold Sub23	5.261	4.744	6.218	31,1%
Person. Func./Familiar STCP	1.451	119	87	-26,9%
Personalização STCP	2.478	1.187	2.392	101,5%
Total PVC	98.073	76.427	77.165	1,0%
Cartão Andante CTS TIP	1.486.592	1.528.155	1.636.155	7,1%
Total	1.584.665	1.604.582	1.713.320	6,8%

Carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2012	2013	2014	Δ 13/14
Títulos de Viagem	22.365.798	26.584.134	26.254.762	-1,2%
Andante 24	83.501	74.541	85.847	15,2%
Andante Tour 1	43.672	44.002	40.876	-7,1%
Andante Tour 3	25.170	26.795	30.870	15,2%
Total Títulos Ocasionais	22.518.141	26.729.472	26.412.355	-1,2%
Assinatura Normal	572.008	666.510	651.285	-2,3%
Normal M	584			
Assinatura 4_18	117.008			
Assinatura 4_18 (A)	30.576	60.355	67.064	11,1%
Assinatura 4_18 (B)	12.590	28.858	23.767	-17,6%
Assinatura 4_18 (F)	1.982	3.624	1.142	-68,5%
Assinatura Júnior	6.337	10.255	9.898	-3,5%
Assinatura Estudante	158.134	307.621	308.076	0,1%
Assinatura 3ª Idade	113.557	243.337	246.537	1,3%
Assinatura Ref. / Pens.	5.394	3.117	1.826	-41,4%
Assinatura Sub23	108.456			
Assinatura Sub23 (A)	19.477	63.742	77.621	21,8%
Assinatura Sub23 (F)	1.784	2.333	563	-75,9%
Social +	149.675	200.767	223.371	11,3%
Social + (A)	10.462	30.503	38.842	27,3%
Social + (D)	1.422	4.968	5.172	4,1%
Social + (R)	3.593	10.115	3.764	-62,8%
Assinatura P&R	1.197	984	918	-6,7%
Total Títulos Assinatura	1.314.236	1.637.089	1.659.846	1,4%
TOTAL	23.832.377	28.366.561	28.072.201	-1,0%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)

	2012	2013	2014	Δ 13/14
Andante Gold TIP	383.805,50 €	309.467,10 €	306.755,00 €	-0,9%
Andante Gold 4_18	21.762,50 €	14.692,50 €	15.567,50 €	6,0%
Andante Gold Sub23	11.077,50 €	7.702,50 €	10.442,50 €	35,6%
Personalização STCP	11.165,00 €	5.745,00 €	11.930,00 €	107,7%
Total PVC	427.810,50 €	337.607,10 €	344.695,00 €	2,1%
Cartão Andante CTS TIP	742.468,00 €	763.169,30 €	817.857,45 €	7,2%
Total	1.170.278,50 €	1.100.776,40 €	1.162.552,45 €	5,6%

Receita de carregamentos por tipo de título *

Título de Transporte	2012	2013	2014	Δ 13/14
Títulos de Viagem	28.727.185,90 €	34.562.744,65 €	34.607.095,85 €	0,1%
Andante 24	375.291,55 €	348.597,70 €	408.668,40 €	17,2%
Andante Tour 1	305.192,95 €	307.770,85 €	286.120,35 €	-7,0%
Andante Tour 3	377.397,60 €	401.694,50 €	463.050,00 €	15,3%
Total Títulos Ocasionais	29.785.068,00 €	35.620.807,70 €	35.764.934,60 €	0,4%
Assinatura Normal	20.422.322,75 €	23.762.390,40 €	23.418.486,71 €	-1,4%
Normal M	19.898,60 €			
Assinatura 4_18	2.623.646,00 €			
Assinatura 4_18 (A)	429.746,70 €	809.600,15 €	925.217,20 €	14,3%
Assinatura 4_18 (B)	308.691,00 €	721.939,20 €	607.624,15 €	-15,8%
Assinatura 4_18 (F)	51.241,50 €	94.440,00 €	29.983,70 €	-68,3%
Assinatura Júnior	154.498,00 €	250.463,65 €	243.829,15 €	-2,6%
Assinatura Estudante	4.374.124,95 €	8.518.103,44 €	8.671.888,05 €	1,8%
Assinatura 3ª Idade	2.936.008,75 €	6.441.547,45 €	6.597.116,70 €	2,4%
Assinatura Ref. / Pens.	140.453,90 €	82.900,25 €	48.284,95 €	-41,8%
Assinatura Sub23	2.921.415,70 €			
Assinatura Sub23 (A)	314.785,40 €	1.046.397,90 €	1.294.724,90 €	23,7%
Assinatura Sub23 (F)	63.413,25 €	83.099,50 €	21.723,30 €	-73,9%
Social +	4.142.377,75 €	5.617.692,30 €	6.297.324,35 €	12,1%
Social + (A)	194.743,50 €	571.515,25 €	732.775,85 €	28,2%
Social + (D)	38.763,00 €	136.686,60 €	141.471,40 €	3,5%
Social + (R)	95.387,25 €	272.846,45 €	102.671,90 €	-62,4%
Assinatura P&R	19.975,00 €	16.507,00 €	15.606,00 €	-5,5%
Total Títulos Assinatura	39.251.493,00 €	48.426.129,54 €	49.148.728,31 €	1,5%
TOTAL	69.036.561,00 €	84.046.937,24 €	84.913.662,91 €	1,0%

* Dados referentes à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal

	2012	2013	2014	Δ 13/14
MVAs rede MP	32.332.453,95 €	31.987.454,00 €	31.398.477,61 €	-1,8%
PayShop	20.377.239,45 €	34.256.857,15 €	34.636.444,30 €	1,1%
Lojas Andante	8.913.709,55 €	9.529.657,50 €	10.262.831,30 €	7,7%
CP Porto	3.028.842,55 €	3.267.972,15 €	3.116.922,60 €	-4,6%
MVAs rede CP	2.013.374,55 €	2.163.902,05 €	2.298.265,70 €	6,2%
STCP	1.777.423,15 €	1.323.994,39 €	880.361,15 €	-33,5%
SIBS	1.524.219,60 €	1.830.530,10 €	2.673.823,40 €	46,1%
Privados	144.778,85 €	229.759,50 €	230.826,95 €	0,5%
Revendedores	94.797,85 €	557.586,80 €	578.262,35 €	3,7%
TOTAL	70.206.839,50 €	85.147.713,64 €	86.076.215,36 €	1,1%

Validações por tipo de título

Título de Transporte	2012	2013	2014	Δ 13/14
Títulos de Viagem	30.284.916	34.668.761	34.583.418	-0,2%
Andante 24	410.572	340.960	359.336	5,4%
Andante Tour 1	278.142	241.447	227.656	-5,7%
Andante Tour 3	283.537	310.141	328.430	5,9%
Total Títulos Ocasionais	31.257.167	35.561.309	35.498.840	-0,2%
Assinatura Normal	35.184.751	41.651.398	40.556.184	-2,6%
Normal M	33.532			
Assinatura 4_18	6.367.063			
Assinatura 4_18 (A)	1.499.719	3.194.974	3.511.214	9,9%
Assinatura 4_18 (B)	587.930	1.572.661	1.282.293	-18,5%
Assinatura 4_18 (F)	93.699	202.712	62.404	-69,2%
Assinatura Júnior	221.460	399.141	387.254	-3,0%
Assinatura Estudante	8.236.304	16.108.384	15.900.542	-1,3%
Assinatura 3ª Idade	6.570.457	14.906.120	15.382.602	3,2%
Assinatura Ref. / Pens.	484.585	263.901	152.228	-42,3%
Assinatura Sub23	5.621.200			
Assinatura Sub23 (A)	905.885	3.147.377	3.777.272	20,0%
Assinatura Sub23 (F)	93.279	123.658	31.801	-74,3%
Social +	11.391.495	15.338.689	17.196.955	12,1%
Social + (A)	779.484	2.566.050	3.278.643	27,8%
Social + (D)	94.565	394.626	413.076	4,7%
Social + (R)	254.585	889.306	364.880	-59,0%
Total Títulos Assinatura	78.419.993	100.758.997	102.297.348	1,5%
TOTAL	109.677.160	136.320.306	137.796.188	1,1%

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2012	2013	2014
Total Títulos Ocasionais	0,98 €	1,02 €	1,03 €
Total Títulos Assinatura	0,51 €	0,48 €	0,48 €

Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título

Título de Transporte	2012	2013	2014
Títulos de Viagem	0,95 €	1,00 €	1,00 €
Andante 24	0,91 €	1,02 €	1,14 €
Andante Tour 1	1,10 €	1,27 €	1,26 €
Andante Tour 3	1,33 €	1,30 €	1,41 €
Total Títulos Ocasionais	0,95 €	1,00 €	1,01 €
Assinatura Normal	0,58 €	0,57 €	0,58 €
Normal M	0,59 €		
Assinatura 4_18	0,41 €		
Assinatura 4_18 (A)	0,29 €	0,25 €	0,26 €
Assinatura 4_18 (B)	0,53 €	0,46 €	0,47 €
Assinatura 4_18 (F)	0,55 €	0,47 €	0,48 €
Assinatura Júnior	0,70 €	0,63 €	0,63 €
Assinatura Estudante	0,53 €	0,53 €	0,55 €
Assinatura 3ª Idade	0,45 €	0,43 €	0,43 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,29 €	0,31 €	0,32 €
Assinatura Sub23	0,52 €		
Assinatura Sub23 (A)	0,35 €	0,33 €	0,34 €
Assinatura Sub23 (F)	0,68 €	0,67 €	0,68 €
Social +	0,36 €	0,37 €	0,37 €
Social + (A)	0,25 €	0,22 €	0,22 €
Social + (D)	0,41 €	0,35 €	0,34 €
Social + (R)	0,37 €	0,31 €	0,28 €
Total Títulos Assinatura	0,50 €	0,48 €	0,48 €

Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2012	2013	2014
Títulos de Viagem	1,35	1,30	1,32
Andante 24	4,92	4,57	4,19
Andante Tour 1	6,37	5,49	5,57
Andante Tour 3	11,26	11,57	10,64
Total Títulos Ocasionais	1,39	1,33	1,34
Assinatura Normal	61,38	62,40	62,18
Normal M	57,42		
Assinatura 4_18	54,42		
Assinatura 4_18 (A)	49,05	52,94	52,36
Assinatura 4_18 (B)	46,70	54,50	53,95
Assinatura 4_18 (F)	47,27	55,94	54,64
Assinatura Júnior	34,95	38,92	39,12
Assinatura Estudante	52,08	52,36	51,61
Assinatura 3ª Idade	57,86	61,26	62,39
Assinatura Ref. / Pens.	89,84	84,67	83,37
Assinatura Sub23	51,83		
Assinatura Sub23 (A)	46,51	49,38	48,66
Assinatura Sub23 (F)	52,29	53,00	56,48
Social +	76,11	76,40	76,99
Social + (A)	74,51	84,12	84,41
Social + (D)	66,50	79,43	79,87
Social + (R)	70,86	87,92	96,94
Total Títulos Assinatura	59,67	61,55	61,63

Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa (1985-1990)
- Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG) (1995)
- Pós-graduação em Altos Estudos de Transportes pelo Instituto Superior de Transportes (ISTP) (1999-2000)

Atividade Profissional:

Desde março 2013:

- Presidente da EMEF- Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A.

Desde fevereiro 2013:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Comboios de Portugal, EPE

Desde julho 2010:

- Administradora da OTLIS – Operadores de Transporte da Região de Lisboa

Entre junho 2010 e fevereiro 2013:

- Administradora da CP - Comboios de Portugal, EPE, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2010, de 17 de junho, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 126

Entre julho 2010 e março 2013:

- Administradora dos Transportes Intermodais do Porto, ACE

Entre fevereiro 2005 e junho 2010:

- Diretora de Direção na CP - Comboios de Portugal, EPE, com responsabilidade pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente

Entre 2004 e 2005:

- Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Entre 2003 e 2004:

- Assessora para as áreas dos Transportes, Economia e Finanças do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues

Até 2004:

- Exercício e vários cargos de direção em institutos e empresas públicas de relevo no contexto nacional
- Docente no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) na pós-graduação Leadership & Management na disciplina de Gestão da Mudança e autora de vários artigos de opinião publicados no Caderno Mensal – Transporte Público, Mobilidade Inteligente, num jornal diário

Vogal: Dr. João Velez Carvalho

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970)
- Pós-graduação na Universidade de Paris XII com o *Certificat d’Aptitude a l’Administration des Entreprises (diplôme d’Etat)* (1972)
- *Master of Business Administration* (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (1994)
- Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008)
- Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013)
- Diploma do Curso de Alta Direção *“Driving Government Performance in Portugal”*, Jonh F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard
- Certificado do Instituto Nacional de Administração *“Negotiation And Influence Strategies For Portuguese Executives”*

Atividade Profissional:

Desde julho 2012:

- Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Presidente não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Entre 2012 e 2013

- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

Desde 1975:

- Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico Porto (área científica de Gestão / Estratégia / Professor Adjunto do Quadro).

2009 - 2011:

- Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte

2003 - 2006:

- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE

2000 - 2003:

- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização

1999 - 2000:

- Consultor para as Áreas do Ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP)
- Consultor no desenvolvimento de projeto de relocalização Industrial com a Roland Berger & Partners, na Law Gibb, S.A.
- Consultor da RAR - Sociedade de Controlo (Holding), S.A.

1989 - 1998:

- Administrador Delegado da SET - Serviços e Tecnologias, S.A. (GRUPO RAR)
- Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.
- Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.
- Administrador da CLIMAESPAÇO - Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.
- Diretor da RAR - Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL

- Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Imperial - Produtos Alimentares, S.A.

1975 - 1989:

- Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN - Materiais de Desenho de Mário Lino, LDA.
- Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.
- Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A.

Vogal: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto (2003)
- Programa de Gestão Avançada da Escola de Gestão do Porto – EGP (2010)

Atividade Profissional:

Desde julho 2012:

- Vogal do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda

2009 - 2012:

- Controller na Mota-Engil SGPS,SA

2007 - 2009:

- Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, SA
- Administrador da Mota-Engil Engineering, SA
- Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, SRO
- Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, SRO
- Gerente da M-Invest Slovakia, SRO

- Membro do Conselho Fiscal da Bergamon, SA
- Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia

2006:

- Controller na Mota-Engil Central Europe, SA

2004 – 2005:

- Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola

2003 – 2004:

- Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

Vogal: Dr. António José Lopes

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1982)
- Pós-graduação em Gestão para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1998-1999)

Atividade Profissional:

Desde 2012:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A.
- Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA
- Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital
- Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE
- Gerente da Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região ATC – Porto Tours

2010 - 2011:

- Diretor Geral da Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração

1998 - 2010:

- Diretor Central de Compras e Aprovisionamento e Sistemas de Informação da Vista Alegre Atlantis, SA

1997 - 1998:

- Diretor Geral (Empresa Continental Importadora, SA)

1990 - 1997:

- Diretor Administrativo e Financeiro (EC - Material Elétrico, Grupo General Electric passando em janeiro de 2006 a GE Power Controls Portugal)

1986 - 1989:

- Chefe dos Serviços de Controlo de Gestão da Empresa Electro-Cerâmica do Grupo Vista Alegre

1985 - 1986:

- Subdireção financeira da STCP- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Administradora-Delegada: Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto (1991-1996)
- Pós graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1999-2000)
- Pós graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2004)
- Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP (2008)
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto (2009-2010)
- II Curso de especialização de contratação pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010)

Atividade Profissional:

Desde 2012

- Vogal do Conselho de Administração da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

2011 – 2013:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2011 – 2012:

- Secretária do Conselho Geral da Associação dos Museus de Transportes e Comunicações

2005 – 2013:

- Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto

2005:

- Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

2004 – 2005:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional

2003 – 2004:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional

2002 – 2003:

- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado da habitação do XV Governo Constitucional

2000 – 2002:

- Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar

1999 – 2002:

- Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)

1996 – 1998:

- Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.", (Agrupamento) as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 8.706.867 euros e um total de capital próprio negativo de 4.561.460 euros, incluindo um resultado líquido de 499.600 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
Contribuinte n.º 502 138 394

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Agrupamento, apesar do resultado positivo alcançado neste exercício, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 4.561.460 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

Porto, 27 de março de 2015


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 - ROC Executor


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

Página 2 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMM com o nº.1975
Contribuinte nº.502.138.394*

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do contrato de sociedade do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento) e o mandato que nos foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do TIP, ACE, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

Não obstante a manutenção da tendência de decréscimo generalizada na utilização do Sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto, assistiu-se a um aumento do número de validações "Andante", reforçando a opção dos utentes pela intermodalidade nas suas deslocações.

Apesar dos resultados positivos obtidos neste exercício, o capital próprio do Agrupamento permanece negativo, o que não está de acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Página 1 de 2

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53
Registada na CMVM com o nº.1975
Contribuinte nº.502 138 394*

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

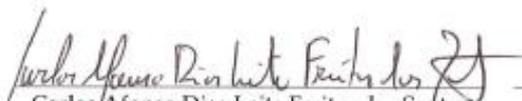
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2014;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 27 de março de 2015

O Fiscal Único


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 – ROC Executor


António Magalhães & Carlos Santos SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Página 2 de 2

Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 8.706.867 Euros e um total de capital próprio negativo de 4.561.460 Euros, incluindo um resultado líquido de 499.600 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

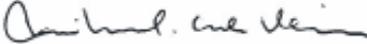
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para o facto do Capital Próprio se apresentar negativo no montante de 4.561.460 Euros. De acordo com o estabelecido na Lei nº 4/73, de 4 de Junho, no n.º 2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do Agrupamento.

Porto, 27 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:


Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC nº 1154)